

## Ideologia salazarista e «cultura popular» — análise da biblioteca de uma casa do povo \*\*

1. Não é nosso intuito proceder, nestas páginas, a uma análise detalhada e profunda da ideologia salazarista e do seu sistema de reprodução. O estudo sobre o Estado Novo ainda se encontra, em grande parte, por fazer, não apenas devido à dificuldade de acesso a vários documentos de localização incerta, mas também pelo passado próximo a que ele remonta e à consequente falta de perspectiva de tempo que a história, mais do que qualquer outra ciência, imperativamente reclama. Assinale-se, contudo, que já foram elaborados alguns trabalhos que traçam as grandes linhas da ideologia salazarista e nos escusam de levar a efeito, para já, uma tentativa de análise desse tipo <sup>1</sup>. No entanto, não poderemos entrar na temática de que este breve estudo é objecto — enquanto simples abordagem preliminar de um trabalho de tomo que pensamos ser de todo o interesse levar a efeito — sem que recordemos alguns pontos que constituem a coluna vertebral da ideologia salazarista.

Conforme já tem sido salientado, há que distinguir o salazarismo do fascismo, ainda que aquele acabe por sofrer uma «inversão fascizante» <sup>2</sup>. Trata-se, utilizando as palavras de Manuel de Lucena, de «um fascismo sem movimento fascista» <sup>3</sup>. A sua radicação poderá encontrar-se, por certo, nas concepções da democracia cristã, como notou Manuel Braga da Cruz, embora seja também de

\* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

\*\* Este trabalho resultou do casual contacto com a biblioteca da Casa do Povo de Souselas anterior ao 25 de Abril, que, graças aos cuidados dos seus presidentes e funcionários, se encontra bem preservada. Não é um estudo de especialistas do salazarismo, nem tem — aliás de acordo com o espírito do Colóquio em que foi apresentado — qualquer sentido de polémica política. Pode dizer-se que o seu objectivo fundamental consistiu em chamar a atenção para o interesse do estudo de algumas bibliotecas significativas, não só do período salazarista, como de outros momentos históricos, com o sentido de lhes captar a sua linha ideológica e sociológica. Agradecem-se ao presidente e aos funcionários da Casa do Povo de Souselas as facilidades concedidas. Também um particular reconhecimento ao Sr. José Pimenta Mendes pelos esclarecimentos prestados, bem como a Maria Alexandra Oliveira Rodrigues, estudante de História da Faculdade de Letras de Coimbra, pelo apoio dado na elaboração da lista dos livros existentes na referida instituição.

<sup>1</sup> Sobre a configuração político-ideológica do salazarismo vide J. Silva Saraiva, *O Pensamento Político de Salazar*, Coimbra, 1953; Manuel de Lucena, *A Evolução do Sistema Corporativo Português. I — O Salazarismo*, Lisboa, 1976; Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, 1978; Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, 1980; Franco Nogueira, *Salazar*, 4 vols., Coimbra, 1977-80.

<sup>2</sup> Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, p. 375.

<sup>3</sup> Manuel de Lucena, *op. cit.*, p. 23.

ter em conta a larga influência do movimento integralista e do próprio fascismo italiano. Sendo embora verdade que a ideologia oficial desde sempre se procurou distanciar dos totalitarismos, pelo menos na imagem de marca veiculada por alguns dos seus mais representativos teorizadores, não é menos certo que autores afectos ao regime levavam em apreço a figura e a obra de Mussolini, o que até pelas suas citações se evidencia<sup>4</sup>. Aliás, não podemos esquecer que o salazarismo conglobou sectores muito diversificados, nele convergindo democratas cristãos, integralistas, fascistas e até demo-liberais desiludidos ou oportunistas. Daí que se torne necessário distinguir, no interior duma ideologia com acentuação caracteristicamente unitária, uma diversidade de matizes oriundas de várias origens.

Um dos aspectos mais notórios da ideologia do Estado salazarista foi naturalmente o corporativismo, a concepção de um Estado onde se encontravam harmoniosa e organicamente representados os interesses económicos, sociais e morais dos diversos estratos da população, numa coexistência do consenso possibilitada pela polarização comum em torno do pretensão engrandecimento da Pátria. Este consenso apresentava-se como o ideal alternativo quer à posição marxista da luta de classes, quer à fragmentação do individualismo económico liberal e do parlamentarismo democrático pluripartidário. Daí o facto de o poder político estatal se apresentar como a instância reguladora de conflitos económicos que não poderiam ser abandonados ao livre jogo das forças em presença<sup>5</sup>; daí também o facto de a União Nacional, depois convertida em Acção Nacional Popular, não desejar ser encarada como um partido, mas antes como o vector associativo de todo o esforço nacional galvanizado pela excelência do projecto comum. O corporativismo, bebendo nas concepções da democracia cristã a justificação ético-política da colaboração de classes, procurou fazer sua a doutrina social da Igreja, opondo-se assim ostensivamente às doutrinas por si pejorativamente designadas como do «Estado moderno» e às estratégias da «política», que considerava um jogo demoníaco levado a efeito por grupos de acção ou por partidos.

O Estado Novo centrava todo o seu programa em torno da «causa nacional», proclamando a necessidade de restaurar a «alma da Pátria», após o longo e dissolvente interregno de uma política cavernosa. Daí que a exaltação patriótica se desdobrasse na apologia dos «verdadeiros valores nacionais» contidos nos hábitos e costumes do povo, dum povo que se mitificava e idealizava ao arripio do seu próprio índice de subdesenvolvimento. Daí que se tenham oposto, em termos deliberadamente maniqueus, a galeria lendária dos nossos heróis e santos às figuras satânicas dos «políticos» liberais e republicanos.

Este nacionalismo exacerbado exercitava-se sobretudo no seio de organizações paramilitares — como a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa — e militares, contando apenas com a repulsa discordante de algumas personalidades mais corajosas. Subia de tom nos períodos críticos, como na década de 40 e

<sup>4</sup> Cfr., por exemplo, António Ferro, *Arte Moderna*, Lisboa, 1949, pp. 22 e 24.

<sup>5</sup> A função arbitral do Estado encontra-se, por exemplo, claramente definida no seguinte passo dum discurso de Salazar:

[...] a existência do interesse colectivo e a colisão de interesses particulares imediatos, cada um defendido egoisticamente no seu campo, exigem um *defensor* e um *árbitro*, e estas missões só as pode desempenhar o Estado. Mesmo em economia autodirigida, quanto à definição das regras a que há-de subordinar-se a produção, o Estado tem de ter a sua palavra de  *direcção superior*, em harmonia com os fins e interesses da política nacional, e de tomar o papel de *árbitro supremo* nos conflitos de interesses. Uma vez dirá aos patrões que devem ceder; outras aos operários que não podem exigir, e não poucas a uns e outros que legítimos interesses da colectividade se opõem ao seu eventual entendimento. [«Discurso de 23 de Julho de 1942», in *O Trabalho e as Corporações no Pensamento de Salazar*, Lisboa, s. d., pp. 154-155.]

depois da década de 60, com a guerra colonial, mas, mesmo fora deles, sempre se manteve como uma constante do discurso do poder. Deveremos salientar, porém, que este nacionalismo se não fez acompanhar, entre nós, como aconteceu com o fascismo e o nazismo, por um autoritarismo feroz. Uma das preocupações do Estado Novo — e talvez aqui se encontre uma das razões da sua persistência — foi exactamente revelar-se como defensor de uma autoridade firme, mas paternal, na base da tese, já clássica no nosso pensamento político, de que o povo português era um povo viril, mas de «brandos costumes», dócil e de pronta obediência<sup>6</sup>. Instilava-se também a ideia de que o mando sobrelevava em dificuldade a mansa sujeição e de que a aprendizagem da governação passava pela propedêutica da subordinação consentida. Uma ética de exercício da vontade com domínio de paixões convertia-se, assim, numa das ideias-chave da concepção pedagógica salazarista, no âmbito da qual avultava a exaltação da humildade como virtude das virtudes.

Esta noção de humildade, que os ideólogos do regime pretenderam derivar do sentimento popular e da psicologia nacional, integrava-se, por seu turno, numa ordem de valores de tipo político-social. Articulava-se com a apologética do ruralismo, com a afirmação da superioridade do viver campesino sobre o viver urbano, contrapondo-se à placidez patriarcal da rusticidade a pecaminosa agitação e convulsão citadinas, fruto bastardo e inquinado dum desenvolvimento industrial desenfreado. O salazarismo revela aqui a sua alergia pelo desenvolvimento capitalista ou, dito dum modo mais claro, pela possibilidade de emergir dele um proletariado industrial e urbano que viesse desmentir, pela energia da sua prática reivindicativa, essa tão elogiada mansidão de costumes...

Claro que o regime de então evitou opor-se formalmente ao desenvolvimento industrial e urbano que entre nós se verificou sobretudo a partir da década de 60. No entanto, procurou o antídoto para a nocividade das suas consequências, refugiando-se na defesa duma ordem de valores económico-políticos de tipo tradicionalista e moralizante. A barricada escolhida foi a de um catolicismo de linhagem demo-cristã com inversão integrista. Por esse motivo, conforme se tem salientado, a Igreja não pode deixar de ter tido um papel fundamental no processo político do Estado Novo.

São estes, pois, sem pretensões de enumeração exaustiva, alguns dos traços mais característicos da ideologia do regime salazarista, ideologia que o Estado procurou reproduzir através de uma eficaz rede de aparelhos, que, no entanto, foram progressivamente perdendo a sua força de acção.

2. Entre os aparelhos reprodutores da ideologia do regime salazarista em ligação estreita com as camadas populares podem naturalmente destacar-se as casas do povo, criadas pelo Decreto-Lei n.º 23 051, de 23 de Setembro de 1933, e as casas dos pescadores, instituídas pela Lei n.º 1953, de 11 de Março de 1937. Com o estatuto jurídico de organismos corporativos primários, estes órgãos pretenderam desenvolver simultaneamente finalidades assistenciais e políticas;

---

<sup>6</sup> O paternalismo dos soberanos portugueses é, efectivamente, defendido tradicionalmente na nossa literatura política, apresentando-se como justificação para tal os aspectos temperamentais do povo português, que se explicam, por seu lado, pelas características do clima do nosso país. Veja-se, por exemplo, este passo significativo de Sebastião César de Meneses:

Em Portugal, o clima por temperado, inclina aos naturais, à justiça, valor, constância e brio; e imprimem-se neles facilmente as regras da doutrina, e os preceitos da prudência. Culpam-nos de soberbos, só por lhe negarem o que tem de briosos, e chã inveja à emulação com que cada um quer adiantar. Os Príncipes que melhor conheceram a inclinação de seus vassallos, os trataram em Portugal como filhos, porque este é o meio para os fazerem escravos, que melhor se deixam governar da clemência, que do rigor. [*Suma Política*, Amsterdão, 1650, tít. II, cap. II, na ed. de Lisboa, 1945, p. 73.]

porém, o seu aparecimento nada teve de espontâneo. Tal como os sindicatos, nasceram da vontade estatal e sob a sua constante vigilância. A vocação interclassista que lhes foi imposta levou a que o patronato neles tivesse assento e participação, vindo a ocupar, geralmente, os seus órgãos directivos<sup>7</sup>.

Outros importantes aparelhos reprodutores da ideologia foram os centros de recreio popular, ligados à Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT). Por esta via pretendeu-se incrementar, não apenas a prática desportiva, mas também o espectáculo recreativo e a preocupação cultural, esta última patente nos incentivos dados à organização de bibliotecas que se ativessem à linha dos valores ideológicos salazaristas. As próprias sociedades de recreio, de criação mais genuinamente popular, não conseguiram furtar-se, apesar disso, à tutela dos grandes órgãos centrais de propaganda, dos quais se destaca, para além da referida FNAT, o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), convertido, a partir dos fins de 1944, em Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI)<sup>8</sup>, e a Junta de Acção Social.

A Junta de Acção Social só se constituiu em 17 de Agosto de 1956 e passou a funcionar no âmbito das finalidades prosseguidas pelo Ministério das Corporações e Previdência Social. Nos termos do diploma que a criou (Lei n.º 2085), os seus objectivos eram os de «difundir e fortalecer o espírito corporativo e a consciência dos deveres de cooperação social». A esta Junta foi atribuída, em certa altura, competência para organizar e instalar bibliotecas em empresas ou comunidades de trabalho (fábricas, oficinas, armazéns, etc.), em centros de alegria no trabalho anexos a esses locais, em grêmios que «tivessem possibilidades de colaborar na cultura dos empregados das empresas que os integravam», em sedes ou secções regionais de sindicatos nacionais, em casas do povo e dos pescadores, em centros de recreio popular, em bairros de habitações económicas e em colónias de férias para os trabalhadores<sup>9</sup>. Portanto, no início da segunda metade da década de 50, o Estado salazarista reforçou, com a criação da Junta de Acção Social, a sua intenção de constituir uma «cultura popular» sintonizada com a sua linha ideológica, incumbência que anteriormente cabia sobre-

<sup>7</sup> Cf. Manuel de Lucena, *op. cit.*, pp. 247-259.

<sup>8</sup> O diploma legal de 24 de Novembro de 1944, que passou a designar o antigo Secretariado de Propaganda Nacional por Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, alargou o âmbito da competência deste organismo. O artigo 18.º do mencionado diploma estatuiu, no seu n.º 23, que lhe passaria a competir «a orientação da actividade cultural das entidades particulares de fins recreativos». António Ferro, então director do SNI, organizou, logo no ano seguinte, o primeiro concurso de arte dramática entre as sociedades de recreio. Presume-se, porém, que estas organizações populares se teriam mantido relativamente indiferentes ante os desvelos do poder estabelecido. Com efeito, António Ferro não deixou de lhes dirigir veladas críticas, num discurso pronunciado em 29 de Novembro de 1949, ao falar na «culpa natural [...] das próprias Sociedades de Recreio que não compreenderam ou sentiram a utilidade que poderia ter, para o seu desenvolvimento, chamarem-nos a atenção, mais frequentemente, para essa obrigação legal que nos incumbia» (António Ferro, *Sociedades de Recreio*, Lisboa, 1950, p. 15). Nesse discurso, proferido nas vésperas do abandono do cargo, Ferro apresentou ao seu sucessor algumas sugestões «que talvez servissem de base a um programa de acção do Secretariado a favor da cultura popular, através das Sociedades de Recreio». Nelas se preconizava a realização de cursos de educação popular «com temas cuidadosamente escolhidos», a organização de pequenas bibliotecas «com leituras semanais interpretativas», a dinamização de grandes espectáculos populares, a realização de visitas guiadas a museus, igrejas e outros monumentos, a promoção de excursões dentro do País «com o fim de o nosso povo se conhecer mais profundamente a si próprio através das suas imagens naturais, sem o verniz ou o falso verniz das cidades», a iniciativa de concursos de arte dramática e de concursos anuais entre filarmónicas, o estabelecimento de cursos de educação física, a criação e recuperação de grupos corais e de ranchos folclóricos, a continuação da tradição das marchas dos bairros citadinos e, finalmente, a elaboração dum programa semanal, na rádio, especialmente dedicado às sociedades de recreio, «devidamente orientado e fiscalizado» (id., *ibid.*, pp. 17-20). Trata-se, como se vê, dum programa ambicioso e variado, que não disfarçava o propósito de tutelar as sociedades recreativas.

<sup>9</sup> Cf. *Bibliotecas para os Organismos Corporativos e Locais de Trabalho — Normas para a Sua Organização, Instalação e Funcionamento*, Lisboa, 1962, pp. 9-14.

tudo ao SNI. Também por essa altura decorria uma Campanha Nacional de Educação de Adultos, para a qual se gizou um plano de publicações, ou «Plano de Educação Popular», composto por várias séries temáticas, que iam desde «Doutrina» e «Informação e Propaganda» até aos «Livros Recreativos», passando, por exemplo, pelas séries de «História Pátria», «Arte Portuguesa. Etnografia e Folclore», «Literatura e Pensamento Portugueses», «Educação Moral e Cívica», «Educação Familiar», «Educação Sanitária. Educação Física e Desportos», «Aperfeiçoamento Profissional» e «Organização Corporativa. Previdência Social. Segurança no Trabalho»<sup>10</sup>. A simples enumeração dos temas permite concluir que o Estado salazarista pretendeu expandir a todos os sectores da vida a marca do seu selo e o pensamento do seu chefe. Com efeito, uma frase de Salazar ornava a portada de cada uma das obras, obrigando o leitor a um breve exercício de reflexão antes de se abalar a um mais íntimo contacto com títulos tão diferentes como estes: *Como Se Encadernam Livros*, *O Porco Mealheiro dos Pobres e Ricos*, *Natação*, *O Livro do Caçador*, *A Nossa Amiga Electricidade*, *Vamos Jogar Voleibol*, *A Química Que Todos Podem Saber*, etc.

Mas qual é, em termos concretos, a linha de rumo dessas bibliotecas? Como se pretendia que fosse essa «cultura popular»? Obteremos a resposta analisando as colecções bibliográficas das aludidas instituições. Quanto a nós, debruçámo-nos sobre a biblioteca de uma Casa do Povo — a de Souselas — onde, graças aos cuidados dos seus responsáveis, se manteve quase intacta a colecção de livros anteriores ao 25 de Abril de 1974.

3. Souselas é tristemente conhecida pelos graves problemas de poluição aí surgidos após a implantação, em 1972, de uma das fábricas da empresa cimenteira CIMPOR. Trata-se hoje de uma aldeia de características industriais, na qual se tem vindo a acentuar, já desde há algumas décadas, o progressivo abandono da actividade agrícola<sup>11</sup>.

Distando cerca de 10 quilómetros de Coimbra, por estrada, é também servida pela linha ferroviária do Norte, o que lhe facilitou a metamorfose do primitivo aglomerado agrícola no actual meio industrial suburbano. Assim, ao contrário do que tem ocorrido noutras localidades continuamente sangradas pelo factor da emigração — ali apenas limitadamente sensível —, as taxas demográficas têm vindo permanentemente a crescer. Na vigência do regime salazarista-marcelista foram os seguintes os índices populacionais da freguesia: em 1930, 1587 habitantes; em 1940, 1741; em 1950, 2004; em 1960, 2221; em 1970, 2409. Hoje, com a CIMPOR em plena fase de desenvolvimento, este número deve estar largamente ultrapassado, possuindo agora Souselas uma população originária de vários pontos do País, o que não sucedia, na generalidade, até à instalação da fábrica cimenteira<sup>12</sup>.

Como se disse, este desenvolvimento populacional acompanhou o progresso da indústria, que se fez sentir a partir de 1936, altura em que ali se implantou a primeira unidade fabril, que, tendo iniciado a sua laboração com o fabrico do tijolo, cedo se reconverteu à produção de cantaria, por verificar a falta de rentabilidade da primitiva função. A partir daí, as indústrias multiplicaram-se: em 1940 é criada a COMACOR, destinada ao aproveitamento e transformação de

<sup>10</sup> O plano das publicações da Campanha Nacional de Educação de Adultos encontra-se indicado na abertura ou no fecho de todos os volumes da «Colecção Educativa».

<sup>11</sup> Vide Maria de Lurdes Ferrete Duarte, *A Área Industrial de Souselas*, Coimbra, 1973, tese de licenciatura em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com interesse meramente académico.

<sup>12</sup> Cf., respectivamente, *Censo da População de Portugal*, Lisboa, 1933, t. 1, p. 80; *VIII Recenseamento Geral da População*, Lisboa, 1944, t. VII, p. 31; *IX Recenseamento Geral da População*, Lisboa, 1952, t. 1, p. 108; *X Recenseamento Geral da População*, Lisboa, 1964, t. 1, vol. 1, p. 40; *XI Recenseamento da População*, Lisboa, 1973, vol. 1, p. 25.

cortiça; a primitiva fábrica de tijolo sofre, em 1946, uma grande ampliação, passando a dedicar-se à indústria de mármore e permitindo a deslocação para Souselas de população alentejana ligada ao sector; a CESOL, indústria do ramo cerâmico, surge em 1947 e, passados dois anos, funda-se a SELCAL, destinada ao fabrico de cal hidráulica. Curioso é notar que a única estrutura de apoio à agricultura da região, a Adega Cooperativa, só aparece em 1957. Dez anos depois implanta-se a SIAF, para o fabrico de aglomerados de madeira; finalmente, em 1972, é criada a Fábrica de Cal de Coimbra (a outra entrara entretanto em período de crise e no seu local funciona hoje uma fábrica de cerâmica artística) e a CIMPOR, cujas instalações são actualmente as maiores do parque industrial da freguesia.

Uma localidade com estas características, com um operariado de inegável peso numérico, ainda ligado — embora cada vez menos — ao sector primário, não poderia deixar de revelar, em certos aspectos, sintomas de oposição ao regime salazarista. Poderemos dizer, em abono do exposto, que, em 1948, a campanha do general Norton de Matos atingiu ali certa importância e que, em 1958, o general Humberto Delgado conseguiu vencer nas urnas da freguesia.

Por isso, o Estado, através dos seus órgãos centrais e locais, ensaiou aí duas tácticas clássicas para domar ou, pelo menos, esbater a sua manifesta impopularidade: por um lado, não dotou a freguesia de todas as instalações e serviços que as suas características de povoação industrial suburbana já justificavam; por outro, levou à prática uma tentativa de aliciamento da população, oferecendo-lhe, em 1 de Março de 1951, um Centro de Recreio Popular, o Centro n.º 14 da FNAT. Quanto à Casa do Povo, só quase nas vésperas do 25 de Abril ela acabou por funcionar, substituindo o referido Centro: o seu alvará é de 12 de Julho de 1973. O atraso da sua criação não é difícil de explicar: as casas do povo tinham inicialmente uma dimensão sobretudo rural, que Souselas a pouco e pouco ia perdendo, e, conforme já tem sido notado, o Estado salazarista preferiu criar tais instituições em zonas com aquelas características — no Sul do País e sobretudo no Alentejo —, onde os argumentos tradicionalistas pouco influíam no juízo dum proletariado agrícola cada vez mais politizado<sup>13</sup>.

4. A biblioteca que agora vamos analisar começou por ser instalada no Centro de Recreio Popular, pouco depois da sua criação, em 1951, e foi mais tarde transferida para a Casa do Povo de Souselas, onde ainda se encontra.

A sua colecção — referimo-nos naturalmente aos livros doados ou adquiridos antes do 25 de Abril — é constituída por cerca de duas centenas e meia de volumes, uns oferecidos pela Junta de Acção Social, conforme se pode verificar pelas capas cartonadas que possuem, outros distribuídos pelo SNI. A amostra parece-nos significativa, dado que também nos deslocámos a uma outra Casa do Povo, a de Santa Cruz da Trapa, no concelho de São Pedro do Sul, nela encontrando muitos dos exemplares que se nos depararam no núcleo bibliográfico de Souselas. A nossa confiança no valor do seu significado reforçou-se quando compulsámos uma obracinha existente na colecção de Souselas, intitulada *Bibliotecas para os Organismos Corporativos e Locais de Trabalho. Normas para a Sua Organização, Instalação e Funcionamento*, e nela topámos com referências indirectas, mas seguras, aos espólios instalados e a instalar em organismos corporativos, que coincidiam, em género e por vezes em espécie, com os que lá se nos depararam<sup>14</sup>.

Parece-nos assim legítimo extrapolar à generalidade das bibliotecas corporativas as conclusões obtidas pelo presente estudo e tentar dar resposta, em termos amplos, à questão já atrás formulada: concretamente, quais eram os

<sup>13</sup> Vide Manuel de Lucena, *op. cit.*, p. 248.

<sup>14</sup> Cf. *Bibliotecas para os Organismos Corporativos [...]*, pp. 42-46 e 125-166.

grandes parâmetros da «cultura popular» que o Estado salazarista procurava criar através dos seus meios de reprodução ideológica?

Como é óbvio, os elencos bibliográficos fornecidos aos organismos corporativos visavam converter o leitor reticente ao «espírito do regime» e fortalecer as convicções dos que já se encontravam doutrinados. Assim, era inevitável que aí viéssemos a encontrar a Constituição de 1933. Por outro lado, reportando-se a inspiração fundamental do salazarismo ao ideal corporativista, não nos admirou que uma parte importante da biblioteca se destinasse a celebrar os seus méritos e a divulgar ao grande público o quadro legal da disciplina corporativa. Estão neste caso três volumes subordinados ao assunto genérico *Corporações*, neles se desenvolvendo a seguinte temática: *Estatuto Jurídico das Corporações*, *Parecer da Câmara Corporativa* e *Debate na Assembleia Nacional*. Na mesma linha se encontrava o volume intitulado *Organização Corporativa* e o documento que discorria sobre o *Plano de Formação Social e Corporativa*. Mas, para além da divulgação do complexo normativo a que se encontrava sujeita a organização corporativa, não se descuravam os propósitos de evidenciar as vantagens práticas do Estado Novo e o valor da sua acção, através de opúsculos que respeitavam ao *Fomento de Habitação Económica*, às *Normas da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais* e ao *II Plano de Fomento*, este último editado pelo SNI e com uma citação de Pedro Teotónio Pereira, um dos ideólogos do regime.

Outros meios, menos manifestos e por isso mais subtis, se utilizavam para «impor» a ideologia básica do salazarismo. A biblioteca de Souselas acolheu estudos que, embora objectivos, neutros e inocentes na aparência — e talvez, em certos casos, na própria intenção dos seus autores —, acabavam por instilar no espírito dos leitores a inspiração ideológica que os determinava. Estão neste caso o *Manual de Heráldica Corporativa*, de Almeida Langhans, editado em 1956 pelo Gabinete de Divulgação da FNAT, e a «inocente» *Pequena História das Doutrinas Económicas*, edição da União Nacional e do SNI, integrada na colecção «Biblioteca do Trabalhador». Este último trabalho, após analisar «criticamente» as diversas doutrinas, reserva o último capítulo ao «renascimento da ideia corporativa» e conclui com esta lapidar afirmação:

As crises de toda a ordem que hão-de sobrevir, e que até já se avizinham, porão o mundo perante um terrível dilema: ou a anarquia desoladora ou impotente ou a opressão degradante e absoluta do Estado. Entre estes dois perigos, o corporativismo surgirá como uma forma de salvaguardar os direitos fundamentais da pessoa e apresentar-se-á como o último reduto da liberdade e da dignidade humana<sup>15</sup>.

O corporativismo era assim apresentado como a mais excelente das doutrinas económicas, sociais e políticas e seguramente a única capaz de salvar o mundo das convulsões anárquicas e das garras do totalitarismo. Esta ideia também está presente no volume da autoria do primeiro titular da pasta das Corporações e Previdência Social, Teotónio Pereira, sob a designação *A Batalha do Futuro. Organização Corporativa*, e que mais não é do que uma colecção dos seus discursos e conferências, bem como numa antologia de excertos de discursos de Salazar, apresentada por Veiga de Macedo, então presidente da Junta de Acção Social, sob o título *O Trabalho e as Corporações no Pensamento de Salazar*. Aqui se exprime, nas palavras do ditador, a teoria da solidariedade e conciliação de classes, que tão sensivelmente marcou o ideal corporativo e a função arbitral cometida ao Estado:

Nós não aceitamos a ideia da incompatibilidade de interesses entre o patronato e o operariado, mas a da sua solidariedade permanente. Se uma

---

<sup>15</sup> *Pequena História das Doutrinas Económicas*, Lisboa, 1945, p. 70.

incompatibilidade de momento põe as duas forças em risco de chocar-se, é necessário que o defensor do interesse colectivo arbitre a contenda de acordo com a justiça e o bem comum <sup>16</sup>.

O mesmo esquema ideológico, vazado nos moldes de uma didáctica mais moralizante, aflora no livro de Telo da Vide — certamente um pseudónimo que não conseguimos identificar — *Temas de Moral Corporativa. Breve Campanha de Paz Feita Num Tempo de Guerra*. Aí se dizia, em tom judicioso e paternalista, que «urgia defender os trabalhadores de si mesmos, da sua demasiada boa-fé, já que era evidente andarem eles a ser manobrados por quem punha grande porfia em lhes perverter a inteligência com promessas de insidiosa mentira» <sup>17</sup>.

A «moralização» por que se deveriam pautar os vários aspectos da vida operária, com exaltação das virtudes de obediência, austeridade, felicidade na pobreza e castidade pré-matrimonial, passando por uma equacionação do que deve ser a «verdadeira cultura», encontra-se representada em vários escritos, dentre os quais sobressai o volume *Sou Um Operário*, de Luís do Monte, provavelmente o pseudónimo dum qualquer intelectual católico integrado no regime. Obra melíflua, eivada dum gritante simplismo expositivo, a que se alia um maniqueísmo primário, abre com este conselho, impresso na portada:

Operário: lê e medita. Lembra-te que: — a Pátria precisa de ti; — a Sociedade precisa de ti; — a Família precisa de ti; e tu podes responder ao chamamento. O Mundo dá-te duas estradas para caminhar. — A da esquerda é repleta de botequins, de casas de jogo, de lugares indignos de um homem de bem como tu és; leva ao vício e à degradação; é o cemitério da Família, é a desonra da tua casa. — A outra, a da direita, é cheia de trabalhos e canseiras, de obstáculos e arrelias muitas vezes, mas tem amor, mas tem felicidade; leva ao dever e às culminâncias do bem: é o jardim da tua Pátria, é a honra da tua vida. Escolhe. Fecha esta página e escolhe. Eu, por mim, tomarei a da direita <sup>18</sup>.

Já por aqui se vê a importância que na ideologia do regime teria necessariamente de assumir uma certa moral católica, forjada inicialmente no Centro Católico Português, que outra coisa não era senão a distorção integrista, tradicionalista e «contra-revolucionária» da doutrina social da Igreja procedente das encíclicas papais de Leão XIII e Pio XI. Daí que o salazarismo tivesse procurado apossar-se de tal doutrina e que, assim, encontremos na biblioteca vários livros do jesuíta P.<sup>e</sup> Angelo Brucculeri, redactor da revista *La Civiltà Cattolica*, editados em português pela Livraria Apostolado da Imprensa e integrando uma colecção intitulada «A Doutrina Social Católica» <sup>19</sup>. As ideias aí expendidas, baseadas no magistério papal de raiz escolástico-tomista, apontavam para a concepção de uma sociedade de harmonização de interesses, na qual a organização corporativa se entendia como solução ideal. Com efeito, o corporativismo surgia aqui como um regime de alguma maneira intermédio, no qual «nem os bens do indivíduo eram imolados no altar da colectividade, nem o bem da colectividade era sacrificado ao ídolo do indivíduo» <sup>20</sup>. Brucculeri condenava tanto o amoralismo utilitário benthamiano em que assentava o liberalismo capitalista,

<sup>16</sup> *O Trabalho e as Corporações [...]*, p. 84.

<sup>17</sup> Telo da Vide, *Temas de Moral Corporativa [...]*, Lisboa, 1950, «Carta-prefácio», p. v.

<sup>18</sup> Luís do Monte, *Sou Um Operário*, Lisboa, s. d., p. 7.

<sup>19</sup> As obras de Brucculeri cobrem uma abundante variedade de temas, existindo, entre outros, na biblioteca os seguintes títulos: *O Capitalismo*, *O Estado e o Indivíduo*, *A Ordem Internacional*, *A Família Cristã*, *O Trabalho*, *A Função Social da Propriedade*.

<sup>20</sup> Angelo Brucculeri, *A Função Social da Propriedade*, Porto, 1959, 2.<sup>a</sup> ed., p. 19.

como o «darwinismo de classes» de Marx e Engels ou a estatolatria de Durkheim e Schaeffle.

Esta interpretação do corporativismo como doutrina dum justo equilíbrio entre propostas virulentamente extremistas ressalta igualmente, em versão salazarista, no ensaio doutrinário *Capitalismo, Socialismo e Corporativismo*, com que um tal J. M. P. da Costa, de Leiria, venceu os Jogos Florais de 1955 organizados pela FNAT. O vencedor viu a sua obra publicada em 1958 e integrada no espólio bibliográfico das bibliotecas corporativas do País.

Infere-se do que ficou dito que a religião católica, encarada numa perspectiva tradicionalista, foi elemento de importância primordial no travejamento ideológico do Estado Novo, não apenas enquanto apoiou directamente as suas teses, mas também enquanto contribuiu para aquela ética de obediência que o poder exigia dos cidadãos. A divisa «Deus, Pátria e Família», amplamente difundida em cartazes distribuídos pelas escolas primárias, constituía a intocável e inquestionável «trilogia da educação nacional»<sup>21</sup>. A ideia de Pátria funde-se aqui com o patriarcalismo duma cristandade rústica, com um nacionalismo bíblico alimentado ao borralho, com a celebração duma Providência zelosa dos magníficos designios da grei. Na antologia *Pátria*, de António Correia de Oliveira, prefaciada pelo historiador salazarista João Ameal, topamos com estrofes onde vemos poeticamente figurada esta trilogia educativa. Eis algumas:

*Da Pátria eu falo e canto. Ora a saudade,  
A esp'rança e a fê; ora a alegria e a dor,  
O chão, a grei: soldado e cavador  
Ou vela ao mar... Lareira e Cristandade*<sup>22</sup>

\*

*Lia-se, à noite, em família,  
Ao bom calor da borralha;  
Punham-te a alma em fornalha  
Certas passagens da Bíblia,  
Ecos de alguma batalha*<sup>23</sup>

\*

*Homem-Bom, bom Português,  
Bom cristão: eis o preceito  
Para fazermos no mundo  
Todo o bem que há-de ser feito*<sup>24</sup>

\*

*Pois cada Nau, também, é um Santuário:  
Um nicho ao fundo, a Cruz, um lampadário,  
Alguém rezando... — Portugal foi isto!*<sup>25</sup>

Assim, não surpreende que tivéssemos encontrado na biblioteca de Souselas um nutrido núcleo dedicado à literatura religiosa. Para além dos Evangelhos,

<sup>21</sup> Para um mais amplo desenvolvimento destes tópicos vide Maria Filomena Mónica, *op. cit.*, pp. 287-305 e 399.

<sup>22</sup> António Correia de Oliveira, *Antologia II — Pátria*. Porto, 1959, «À portada», p. xxiii.

<sup>23</sup> Id., *ibid.*, «Carta de Portugal», p. 94.

<sup>24</sup> Id., *ibid.*, «Roteiro de gente moça», p. 249.

<sup>25</sup> Id., *ibid.*, «Oração e espada», p. 102.

encontrámos, entre muitos outros escritos, a *Vida de Jesus*, de Plínio Salgado, *Ele! Narrativas sobre a Vida de Jesus*, de Piero Bargellini, a *História Sagrada para os Meus Afilhados*, de Daniel Rops, e a obra do P.<sup>e</sup> Manuel Ferreira da Silva, inserida no «Plano de Educação Popular», *Naquele Tempo. A Humana História de Jesus*. Refira-se também, pela clareza do seu significado ideológico-literário, a inclusão na biblioteca da obra dum antigo adversário da Igreja: Gomes Leal. A sua *História de Jesus para as Criancinhas Lerem* teria sido escolhida não apenas pelo seu valor intrínseco, mas também — e talvez sobretudo — porque nela se contém a retratação do autor e a abjuração das suas anteriores posições, adversas à Igreja <sup>26</sup>. As hagiografias e as obras relativas ao culto mariano desempenham também um papel relevante. Não esqueçamos que Portugal era então apresentado como «um país de mártires e de santos» e que a Virgem de Fátima teria certificado, com as suas aparições, o seu papel de padroeira da Nação e de salvadora da Pátria. Na biblioteca de Souselas figura a obra de um dos mais insistentes divulgadores do milagre de Fátima, o jesuíta Luís Gonzaga da Fonseca, intitulada justamente *Nossa Senhora de Fátima*, bem como o livro *Santos de Portugal*, do médico, poeta e deputado Américo Cortês Pinto. Este último fazia também parte da colecção «Plano de Educação Popular» e abria, como a maioria das obras da série, com uma frase de Salazar, comprovativa do que acabámos de mencionar:

Portugal nasceu à sombra da Igreja e a Religião Católica foi desde o começo elemento formativo da alma da Nação e traço dominante do carácter do Povo Português. Nas suas andanças pelo Mundo — a descobrir, a mercadejar, a propagar a Fé — impôs-se sem hesitações a conclusão: Português, logo Católico. A adesão da generalidade das consciências aos princípios de uma só Religião e aos ditames de uma só moral, digamos, a uniformidade católica do País foi assim, através dos séculos, um dos mais poderosos factores da unidade e coesão da Nação Portuguesa <sup>27</sup>.

Toda esta concepção tradicionalista, e até nacionalista, de catolicismo seria, pois, contrária a quaisquer sintomas de um catolicismo social de vanguarda e de perspectivas universalistas e democráticas. Por isso é um corolário natural que a obra de Jean Gravières *As Origens do Progressismo Cristão* — que constitui um ataque a essas posições e que foi publicada em 1973 pela Editorial Restauração — tenha sido integrada na biblioteca de Souselas quase nas vésperas do 25 de Abril, por oferta dos editores.

O Estado Novo, desenvolvendo as teses tradicionalistas e contra-revolucionárias do século XIX e caldeando com os contributos integralistas o ideário democrata-cristão, não deixou de esboçar uma singularíssima filosofia da história. A Idade Média era apresentada como o repositório dos «verdadeiros valores

---

<sup>26</sup> A obra insere, logo na abertura, um excerto da «Carta aos sacerdotes cristãos», de Agosto de 1910, com que o autor, repudiando o seu passado anticlerical, se acolhe ao magistério da igreja católica:

E a provar a fé nisto, solenemente declaro que me retrato, repilo, abjuro de todos os escritos e poemas que hei tracejado, em que se contém matéria contrária aos ideais que actualmente professo e que foram de escândalo para o Cristo e para a sua Igreja. Porque as obras que eu hoje perfilho, prezo e quero que desfolhem amigos meus sobre o meu peito e dentro do humilde caixão que baixar à minha derradeira jazida, serão o segundo *Anticristo*, a *Senhora da Melancolia* e essa macia, branda e suave *História de Jesus*, que eu tracejei numa hora feliz, para as loiras criancinhas lerem. [Gomes Leal, *História de Jesus para as Criancinhas Lerem*, Lisboa, s. d., 7.<sup>a</sup> ed., p.7.]

ocidentais», logo pervertidos pelos germes individualistas da Reforma e do Renascimento. O desmembramento dessa «idade de ouro» teria depois prosseguido com o advento do liberalismo capitalista, da democracia e do socialismo. A «Revolução Nacional», finalmente, resgataria os erros do passado e restauraria os genuínos valores da Nacionalidade.

A prática política do Estado Novo, que se fundamentava neste discurso, concitou a mais viva simpatia dos quadrantes neotradicionalistas e nacionalistas estrangeiros, os quais passaram a apresentar o nosso país como um exemplo de estabilidade e de clarividência ideológica, em oposição aos liquidados tumultos republicanos. Tais testemunhos mereceram o maior carinho por parte dos círculos oficiais. O Secretariado de Propaganda Nacional, que havia instituído o Prémio Camões para galardoar os melhores trabalhos de qualquer autor estrangeiro sobre o nosso país, premiou em 1941 a obra de Jesus Pabón *A Revolução Portuguesa*<sup>28</sup>, que mais não é do que uma violenta diatribe contra os «desordeiros» da I República. Mas, antes de a referirmos com mais detalhe, falemos de outras obras estrangeiras sobre temática portuguesa igualmente existentes na Casa do Povo de Souselas e cuja verrina antidemocrática se desvela na mais negligente das leituras.

Está neste caso *A Batalha das Ideias*, do nacionalista francês Jacques Ploncard d'Assac. O autor foi um dos mais aplicados panegiristas do presidente do Conselho de então, a quem dedicou a obra *O Pensamento de Salazar*, estranhamente ausente, talvez por extravio, da biblioteca que estudámos. Dele encontrámos, contudo, não apenas a obra já referida, mas também um escrito, *Lenine*, que é, como se esperava, um ataque frontal ao patriarca da revolução comunista soviética. Continuador do discurso católico-tradicionalista de De Maistre e Lacordaire, discípulo do positivismo político de Barrès e Maurras, Ploncard d'Assac vê na democracia o «pecado de Adão [...] que mata as nações ocidentais, metendo no seu seio as divisões e impedindo qualquer acção com continuidade»<sup>29</sup>. Mas, se o Ocidente estiola por carência de ordem e por ausência de autoridade, tal não significa que a batalha esteja perdida. Contra o «pecado de Adão» da ocidentalidade, isto é, contra a democracia, ergue-se «a fórmula de união nacional [...], a única fórmula científica», ao serviço da qual se colocarão pessoas «isentas de preocupações partidárias, de interesses políticos ou de posições ideológicas»<sup>30</sup>. Salazar fizera «a demonstração de que, em História, nada é fatal»<sup>31</sup>, de que «a vontade é a suprema criadora da História»<sup>32</sup>. Não havia que temer, portanto, a irreversibilidade dum processo que pudesse desembocar em sistemas políticos diferentes dos da «união nacional». A experiência portuguesa de Salazar equivalera à vitória da ideia nacionalista sobre as falsas concepções da democracia, do socialismo e do próprio progressismo cristão. Fora ele quem preservara o Ocidente europeu, a África e a Ásia dos perigos do modernismo, sobretudo do sufrágio universal<sup>33</sup>.

Com esta e outra literatura se ia construindo miticamente a figura de Salazar, «desinteressado estadista», que, vogando além dos partidos e das querelas políticas, salvara do caos o povo humilde que tão devotadamente servia. E talvez nenhuma obra como as *Férias com Salazar*, da jornalista francesa Christine Garnier, tivesse contribuído mais decisivamente para esta composição de figura. Por isso, nenhum outro livro mereceu tal divulgação — foi a 9.ª edição, de 1955, que encontrámos na biblioteca de Souselas.

<sup>28</sup> Vide António Ferro, *Prémios Literários (1934-1947)*, Lisboa, 1950, pp. 127-136.

<sup>29</sup> Jacques Ploncard d'Assac, *A Batalha das Ideias*, Lisboa, s. d., p. 12.

<sup>30</sup> Id., *ibid.*, p. 23.

<sup>31</sup> Id., *ibid.*, p. 136.

<sup>32</sup> Id., *ibid.*, p. 138.

<sup>33</sup> «[...] é a introdução do sufrágio universal na Ásia e na África que constitui o elemento capital da demissão da civilização europeia.» (Jacques Ploncard d'Assac, *op. cit.*, pp. 132-133.)

O contraponto deste processo de idealização remete-nos para as «tenebrosas figuras» do liberalismo e do republicanismo, invariavelmente apresentadas como corruptas, venais e politicamente incapazes. É esta a visão que nos dá, por exemplo, a *História de Portugal* de João Ameal, o «historiador oficial» do regime, que recebeu, em 1941, o Prémio Alexandre Herculano, instituído pelo Secretariado de Propaganda Nacional para distinguir a melhor obra de história... Não obstante o seu cariz apologético e o frequente atropelo das mais elementares regras de investigação histórica — ou talvez por isso mesmo —, a obra de João Ameal foi profusamente divulgada. Encontrámo-la incluída, como era de prever, no núcleo bibliográfico de Souselas.

Já atrás nos referimos, muito de passagem, a uma outra obra premiada pelo SNP e também de natureza histórica: *A Revolução Portuguesa*, de Jesus Pabón, professor catedrático de História Moderna da Universidade de Madrid. Tal produção esquiva-se totalmente à metodologia científica e situa-se no campo da mais pura polémica histórica. É um ataque em forma à nossa I República, entendida como «sinónimo de Desordem». O próprio autor, declarando que «Salazar cria a Nova Ordem»<sup>34</sup>, teve a consciência perfeita do comprometimento do seu trabalho, ao declarar:

[...] o meu livro não é imparcial, isto é, toma partido por D. Carlos contra Afonso Costa, por Sidónio Pais contra Bernardino Machado; numa palavra, pelo Estado Novo contra o regime demo-liberal<sup>35</sup>.

Um outro aspecto facilmente detectável no discurso ideológico do salazarismo é o da valorização do ruralismo, traduzido na exaltação do viver das comunidades aldeãs, como se especialmente nestas se abrigassem os mais sólidos e admiráveis sentimentos de abnegação e de patriotismo, de autenticidade e de genuína pureza. A isto corresponde o antípoda duma vivência urbana que sobre si carrega a falsa grandeza de precárias magnificências. Num livrinho intitulado *Serões com Um Beneficiário da Previdência*, um «advogado dum sindicato», em ameno diálogo com um seu amigo trabalhador, expõe-lhe as vantagens da Previdência Social, recorrendo a substanciosas achegas retiradas dos discursos do presidente do Conselho e do subsecretário das Corporações. Realçam-se, de passagem, as excelências de uma sociedade simples e sem aventureiros desejos de transformação e tecem-se fartos elogios a comunidades de tipo «medieval», impregnadas daquele espírito cristão de entreajuda ainda vigente «em algumas das nossas aldeias mais sertanejas da Beira e Trás-os-Montes»<sup>36</sup>. E acrescenta-se:

Não fossem as doenças, que nem sempre cedem às receitas da bruxa, e estas pequenas sociedades seriam das mais felizes da Terra. Há nelas pobreza, mas não há miséria, que o não consente a correcção de um sistema

---

<sup>34</sup> Jesus Pabón, *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, s. d., «Prólogo», p. 7.

<sup>35</sup> Id., *ibid.*, p. 9. A preferência do autor por soluções políticas autoritárias volve-se em visceral antipatia pela galeria dos mais salientes protagonistas da nossa primeira experiência republicana. Não resistimos à transcrição dum passo que dispensa comentários:

Sidónio Pais tinha interrompido o cortejo das figuras republicanas. Teófilo Braga era um investigador soberbo e empoeirado, antipático avaro de longas unhas; Afonso Costa, um plebeu arrogante, duro e insensível; Brito Camacho, um conversador de botica, sem limpeza na alma nem no corpo; Bernardino Machado, um afectado cuja cortesia fazia rir. Sidónio Pais era como um rei. [Id., *ibid.*, p. 347.]

<sup>36</sup> José Brito das Neves, *Serões com Um Beneficiário da Previdência*, Lisboa, 1954, p. 10. Esta obra foi editada pelo Gabinete de Divulgação da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho.

natural de mutualismo feito a partir da caridade cristã e do bom coração da nossa gente. Não chegam lá jornais, nem há calendários: através das estações, das fainas da lavoura e das festas de Verão, o tempo flui mansamente, recortando uma existência que lembra páginas da Bíblia <sup>37</sup>.

Também na já mencionada antologia *Pátria*, António Correia de Oliveira celebrava a plácida quietude da vida rural, opondo-lhe a violência do clima urbano:

*Alma divina! cautela:  
Não corras à morte escura!  
Foge à cidade: por ela  
Não deixes a doce e bela  
E montanhosa candura* <sup>38</sup>.

Ainda no mesmo sentido, dizia:

*Arrenego da Cidade,  
Soberbas de falsa pompa;  
A vida quer-se, como a água,  
Beijando o chão de onde rompa* <sup>39</sup>.

De resto, esta idílica visão de convivencialidade harmoniosa e salutar com o despoluído ar campesino irrompe também da pena da figura cimeira do regime, como se pode comprovar pelo teor do excerto com que abre o livro de Gomes Guerreiro *A Floresta Portuguesa*:

Que pena me faz a mim, filho do campo, criado ao murmúrio das águas de rega e à sombra dos arvoredos, que esta gente de Lisboa passe as horas e dias de repouso acotovelando-se tristemente pelas ruas estreitas, e não tenha um grande parque, sem luxo, de relvados frescos e árvores copadas, onde brinque, ria, jogue, tome o ar puro e verdadeiramente se divirta em íntimo convívio com a natureza! <sup>40</sup>

O nacionalismo que repassava a ideologia salazarista não poderia deixar de mitificar os valores históricos portugueses e de apresentar a expansão ultramarina como uma gesta heróica e transcendente. As fontes históricas ilustrativas do nosso expansionismo marítimo encontram-se bem representadas na biblioteca da Casa do Povo de Souselas, bem como as obras de divulgação em que se encarece o esforço nacional de «dilatação da Fé e do Império». Assim, ali fomos encontrar a *Crónica da Tomada de Ceuta* e a *Crónica dos Feitos de Guiné*, de Zurara, antologias de textos de Damião de Góis e da *História Trágico-Marítima*, algumas das obras de Elaine Sanceau, *D. Henrique, o Navegador*, *D. João de Castro* e *D. João II* — príncipe que o regime particularmente apreciava, não só pela sua ligação aos Descobrimentos, mas também pelo que simbolizava de autoritarismo —, e até a obra de Costa Brochado *História de Uma Polémica*, em que o autor procurava defender o seu livro *Infante D. Henrique*, galardoado com o Prémio Alexandre Herculano, do SPN, em 1941, das críticas que lhe haviam sido feitas, sobretudo por Duarte Leite.

Importa referir que a historiografia escolhida se perfila em torno das grandes figuras, de personalidades que passaram à posterioridade pela coragem dos seus

<sup>37</sup> José Brito das Neves, *op. cit.*, p. 11.

<sup>38</sup> António Correia de Oliveira, *op. cit.*, «Alma-Pátria», p. 28.

<sup>39</sup> *Id.*, *ibid.*, «Lavrador», p. 81.

<sup>40</sup> In Gomes Guerreiro, *A Floresta Portuguesa*, Lisboa, s. d., p. 5.

cometimentos, pelo sacrifício do seu martírio ou pela superioridade do seu exemplo. O SNL, organizando a colecção «Grandes Portugueses», nela fez alinhar, entre outros, os vultos de *D. Afonso Henriques*, o cabouqueiro da Nacionalidade, de *D. Afonso de Albuquerque*, o mais enérgico dos governadores da Índia Portuguesa, de *D. Filipa de Vilhena*, o símbolo do patriotismo feminino, de *S. João de Brito*, o jesuíta martirizado no Oriente, do *Marquês de Pombal*, o representante do autoritarismo ministerial, etc. Trata-se, como se vê, duma galeria de heróis, mártires e santos, à qual acrescem, já noutras colecções, as biografias de Camões e do Condestável, a primeira debuxada em linguagem popular e acessível por Adolfo Simões Müller <sup>41</sup>, que foi director de programas da Emissora Nacional, e a segunda traçada por Oliveira Martins no seu livro — o único que encontrámos da sua autoria — *A Vida de Nun'Álvares*. Este conjunto, claramente caracterizado pelo registo das façanhas individuais, passa praticamente em claro as grandes mutações sociais da história de Portugal. A própria importância conferida a certo tipo de figuras populares explica-se, em boa parte, por razões ideológicas. É isso que acontece com a obra *Mesteirais Que Ajudaram a Fazer Portugal*, integrada na colecção «Plano de Educação Popular», com uma elucidativa frase de Salazar na portada <sup>42</sup>, a qual pretende ilustrar o fundamento corporativista do regime. Nenhum título encontrámos que ilustrasse a ascensão burguesa e a sua luta pela liberdade; o liberalismo é passado em claro; a República é apenas objecto da mais que controversa obra de Pabón já mencionada.

Eloquentes silêncios estes!

A temática ultramarina foi particularmente considerada. E como poderia deixar de sê-lo, se o salazarismo sempre encarou o «Império» como a suprema expressão da criatividade lusiada, como a realização mais exaltante do nosso génio ecuménico, como a mais acabada exemplificação da vocação missionária e civilizadora de Portugal? O génio da Raça derramara sobre os confins da América, África e Ásia a sua redentora mensagem, libertando as populações autóctones da impiedade e do primitivismo em que se atolavam. Claro que se escamoteavam por completo motivações económicas do nosso expansionismo e a análise das formas de exploração dos recursos autóctones. As possessões ultramarinas irão aparecer, nas obras que lhes foram dedicadas, como oásis de paz e de prosperidade, como espaços geográficos bafejados pela fortuna histórica da nossa colonização e do nosso projecto pluricontinental e multirracial.

Citemos, para começar, o livro *Goa, Roma do Oriente*, escrito numa altura em que já se tinham declarado as hostilidades com a União Indiana e que se salda numa defesa dos direitos históricos de Portugal sobre aqueles lugares e da sobrevivência dos valores ocidentais ante as arremetidas do «comunismo ateu» <sup>43</sup>. Refiram-se também outras obras pertencentes à colecção «Plano de Educação Popular», como as *Viagens Maravilhosas por Terras de S. Tomé e Príncipe*, *As Ilhas Portuguesas de Cabo Verde e Macau, Terra de Lendas*. Um outro livro, subordinado ao título *Muitas Raças, Uma Nação*, merece uma especial

<sup>41</sup> Adolfo Simões Müller, *Aventuras do Trinca-Fortes. Pequena História de Camões e do Seu Poema*, Porto, 1946.

<sup>42</sup> «A Nação Portuguesa não é de ontem: estamos a reconstruí-la, mas não a edificá-la. Nos altos e baixos da sua história há muito esforço, muita inteligência, muita bravura, muito sacrifício.» (António G. Matoso, *Mesteirais Que Ajudaram a Fazer Portugal*, Lisboa, 1956, p. 7.)

<sup>43</sup> «Não se trata apenas duma questão de legítima defesa, por parte de Portugal, desses territórios que tornou seus há quatro séculos e meio e desse povo que soube modelar, ajeitar, inspirar, a ponto de a Mãe-Pátria se achar hoje tão viva em Pangim, em Damão, em Diu, como na própria Lisboa. Não se trata duma feitoria, dum posto estratégico ou duma fortaleza, mas sim duma parcela viva do Ocidente, no limiar duma Ásia imensa, já meio submersa na onda do comunismo ateu. Essa parcela ocupa no mapa uma ínfima superfície; mas, se vier a dissolver-se, a nossa civilização sofrerá ali uma derrota grave.» (Rémy, *Goa, Roma do Oriente*, Lisboa, s. d., p. 338.) Não conseguimos identificar cabalmente o autor desta obra. Também a identidade do tradutor se quis manter no anonimato, designando-o apenas pelas iniciais M. G.

menção; nele se exhibe uma frase de Salazar que condensa toda a filosofia política do nosso relacionamento com os povos colonizados:

[...] e por cima de tudo, porque mais alto e mais belo, devemos organizar cada vez mais eficazmente e melhor a *protecção das raças inferiores*, cujo chamamento à nossa civilização cristã é uma das concepções mais arroçadas a das mais altas obras da colonização portuguesa <sup>44</sup>.

Este implícito reconhecimento da superioridade rática do colonizador em relação ao colonizado, que se faz acompanhar dum sentimento de paternal protecção, encontramos-lo também no *Roteiro Africano*, de Fernando Laidley. Aí se descreve a primeira volta à África em automóvel e se entoam encômios à superioridade da colonização portuguesa <sup>45</sup>. Por isso tal livro passou a pertencer à biblioteca, por oferta da Junta de Acção Social

Mas nem só a África e a Ásia se invocavam em abono desta tese. Também o Brasil aparecia como o filho dilecto da diáspora ultramarina portuguesa, comunicando, em certo sentido, da mesma matriz civilizacional que a mãe-pátria espalhara pelos quatro cantos do mundo. Desta leitura se não afasta o escritor brasileiro Plínio Salgado, cuja obra *Como Nasceram as Cidades do Brasil* fomos encontrar na Casa do Povo de Souselas. E é ainda esta mesma mitologia romântica que se exprime na colectânea de discursos feitos por António Ferro aquando duma sua visita ao Brasil e subordinada ao sugestivo título *Estados Unidos da Saudade*.

Passemos agora à análise da parte mais especificamente literária da biblioteca e vejamos se dela se retira também uma noção precisa das intenções ideológicas que presidiram à sua constituição. Os eloquentes silêncios de que já falámos noutro passo mais se adensam aqui. Por outras palavras: a biblioteca caracteriza-se mais facilmente, no plano ideológico, pelas obras e autores que omite do que pelos que acolhe. Aliás, Telo da Vide, nos *Temas de Moral Corporativa*, já por nós mencionados, lembrava aos dirigentes corporativos, a respeito das bibliotecas que se deveriam organizar, «como devia ser escrupulosa a escolha dos livros que as haveriam de constituir» <sup>46</sup>. E acrescentava, sobre a mesma matéria:

Mas, porque em qualquer dos casos se trata de instrumentos de cultura ajustados à conveniência dos organismos da nossa ordem corporativa, e porque tem esta uma doutrina que a põe ao serviço do superior interesse da Nação — é forçoso admitir que também ali se hão-de oferecer à leitura de quantos a desejarem os volumes e publicações que contenham ou comen-

<sup>44</sup> In António Alberto de Andrade, *Muitas Raças Uma Nação*, Porto, 1955, p. 5 (o sublinhado é nosso).

<sup>45</sup> «[...] os indígenas, ainda estávamos a mais de 500 metros, quer marchando pela estrada, quer a trabalhar, interrompiam as suas ocupações, perfilavam-se e, ao passarmos junto deles, faziam-nos continência. Se iam carregados com algum fardo, pousavam-no no solo para nos saudarem militarmente. As mulheres agachavam-se ou curvavam-se numa pequena vénia; mais para o sul, batiam palmas à nossa passagem. E este facto não se verificava unicamente no Niassa. Atravessámos toda a Zambézia, Manica e Sofala, Sul do Save, e em todo o Moçambique era notório o respeito e a deferência que o indígena nutre pelo branco. [...] Nota-se, por parte das autoridades administrativas portuguesas, o intento de educar e cativar o indígena, pondo em acção um sistema, ao mesmo tempo enérgico e paternal. E o indígena reage a esse tratamento, comportando-se para com o branco português de uma maneira onde se misturam o respeito, a admiração e a simpatia. [...] Nesta, como em todas as circunstâncias, estão sempre patentes as magníficas virtudes colonizadoras do povo português.» (Fernando Laidley, *Roteiro Africano — Primeira Volta a África em Automóvel*, Lisboa, 1958, 3.ª ed., pp. 65-66.)

<sup>46</sup> Telo da Vide, *op. cit.*, p. 171.

tem os vários diplomas legais ordenadores da nossa vida social e económica, com inteira exclusão de tudo o mais que os desconheça ou contrarie<sup>47</sup>.

E, logo de seguida, o autor lastima que «a boa fé dos menos advertidos haja consentido que ingressem nelas [referia-se às bibliotecas corporativas] um ou mais livros cuja leitura nada acrescenta ao *estado de convicção actuante* que convém criar, e antes o prejudique pelo enunciado de errados princípios ou doutrinas que importaria combater»<sup>48</sup>. Com efeito, pretendia-se imprimir às bibliotecas corporativas um cunho acentuadamente técnico, por se temer o contágio de especialidades literárias susceptíveis de abalar o tal «estado de convicção actuante»... E, na verdade, excluindo que seja o inocente núcleo de literatura infantil e juvenil — onde os livros de Júlio Verne ocupam bom espaço e onde a literatura de viagens tem franco acolhimento —, verificamos, quanto ao mais, algumas significativas carências.

É notória a quase ausência de literatura estrangeira. O *Platero e Eu*, de Juan Ramón Giménez, uma das excepções, é presença que se pode compreender pelo seu lirismo feito de candura e simplicidade e que não chocava a mentalidade do regime. Quanto à literatura portuguesa, pudemos verificar que autores e obras passaram pelo mais implacável dos crivos selectivos. Aos clássicos dos primórdios da historiografia portuguesa — Fernão Lopes, Zurara, Damião de Góis — juntam-se os historiógrafos de Alcobaça, o P.<sup>e</sup> Manuel Bernardes e Frei Luís de Sousa, todos representados através de textos selectos. Do teatro de Gil Vicente, cuja linguagem e sátira social talvez trouxessem algum receio à censura corporativa, só fomos encontrar, sintomaticamente, o *Breve Sumário da História de Deus*. A ausência d'*Os Lusíadas* só pode compreender-se por incúria ou extravio, parecendo-nos mais viável a segunda das hipóteses. O século XVIII é passado praticamente em claro; deste período apenas topámos com a adaptação do poema de Santa Rita Durão *Caramuru*, o qual, descrevendo as andanças dum português no Brasil, bem se enquadrava na sentimentalidade ultramarina da ideologia salazarista. Vejamos agora o que se foi joeirar ao período romântico e realista: uma selecção de poesias de Castilho, o velho escritor atreito ao cultivo da forma literária, outra selecção de poetas ultra-românticos, cultivando a morbidez dos seus «noivados de sepulcro» e da sua empolada exaltação sentimental, o *Amor de Perdição*, de Camilo, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, *A Morgadinha dos Canaviais* e *As Pupilas do Senhor Reitor*, de Júlio Dinis, as *Viagens na Minha Terra* e excertos do *Romanceiro*, de Almeida Garrett, e *A Cidade e as Serras*, de Eça de Queirós. O que equivale a dizer que a temática realista se encontra ausente da biblioteca. Com efeito, *A Cidade e as Serras* é uma das raras obras de Eça susceptível de integrar no paradigma ruralista do Estado Novo, dada a forma como nela se resolve o confronto cidade-campo, com manifesta vantagem para este. A mesma idealização das sociedades rurais se apresenta na «trilogia da aldeia», de Júlio Dinis, e ainda nas *Viagens na Minha Terra*, de Garrett. Além destes, outros motivos teriam certamente influenciado o ânimo da censura corporativista: n'*As Pupilas do Senhor Reitor*, n'*A Morgadinha dos Canaviais* e n'*Os Fidalgos da Casa Mourisca* encontramos exemplificada a ideia da harmonia e da cooperação de classes, podendo-se ainda extrair das *Viagens na Minha Terra* um juízo negativo sobre as lutas políticas que convulsionaram o nosso liberalismo. O próprio *Amor de Perdição* não deixa de ser sensível ao aludido ideal de harmonia de classes, aqui ilustrado com a amizade do ferrador João da Cruz por Simão e com o desinteressado amor que Mariana dedicava ao apaixonado de Teresa. Por seu turno, o *Romanceiro* de Garrett valorizava a tradição literária popular portuguesa. Garrett era, aliás, um dos escritores mais apre-

<sup>47</sup> Telo da Vide, *op. cit.*, p. 172 (o itálico é nosso).

<sup>48</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 173 (o itálico é nosso).

ciados pelo integralismo e pelo nacionalismo <sup>49</sup>. João de Castro Osório prefaciava-lhe uma colectânea de textos, intitulados, significativamente, *Almeida Garrett. Doutrina Restauradora Nacional*, que encontrámos também em Souselas.

Mas é com Ramalho Ortigão que ocorre o caso mais flagrante de selecção literária segundo critérios ideológicos. Com efeito, a Junta de Acção Social não desprezou a oportunidade de incluir nas bibliotecas dela dependentes as *Últimas Farpas*. É isto porque a obra critica ferozmente o desenvolvimento inicial da I República e traça uma visão apocalíptica dos acontecimentos políticos entre nós suscitados entre 1911 e 1914. O salazarismo colhia, assim, um duplo dividendo: o da condenação da experiência demo-liberal e o do regresso à «tradição de um dos homens da geração de 70. São as *Últimas Farpas*, e só elas, que nos surgem na biblioteca de Souselas, na sua reedição de 1946.

A tentativa de integrar, tanto quanto possível, escritores famosos nos parâmetros ideológicos do salazarismo constituía, de resto, um expediente normal. Nesse mesmo ano de 1946, António Ferro, então director do SNI, proferia um discurso comemorativo do centenário de Eça de Queirós, no qual pretendia considerá-lo sobretudo como um estilista, neutralizando-lhe os aspectos ideológicos, que poderiam ser — e eram, com efeito — aproveitados politicamente pela oposição <sup>50</sup>.

Quanto aos autores mais recentes, a selecção não é menos sintomática dos objectivos de reprodução ideológica da biblioteca. A *Mensagem*, de Fernando Pessoa, poderia alimentar o sentimento épico dos leitores, cimentando a crença sebastianista numa salvação nacional que o Estado Novo pensou interpretar. Daí as frequentes citações da *Mensagem* em discursos oficiais e a concessão à mesma obra, em 1934, do Prémio Antero de Quental, instituído pelo SPN <sup>51</sup>. O *Mar de Cristo*, do poeta saudosista Mário Beirão, também se insere numa linha idêntica. A temática marítima volta a apresentar-se com o livro *Bartolomeu Marinheiro*, de Afonso Lopes Vieira, poeta ligado ao nacionalismo literário do integralismo lusitano. Aliás, de Lopes Vieira é também *O Conto de Amadis de Portugal para os Rapazes Portugueses*, repassado do ideal cavaleiresco medieval.

A antologia *Leituras ao Serão*, organizada por intervenção do Serviço de Escolha de Livros para as Bibliotecas das Escolas Primárias, apresenta o interesse particular de condensar, através de alguns contos cuidadosamente escolhidos, os temas preferenciais dos ideólogos salazaristas, ou, pelo menos, alguns dos mais evidentes: a consciência do dever cumprido («A abóbada», de Alexandre Herculano), a idealização campestre (a «Civilização», de Eça, e a «Carta da

<sup>49</sup> A singular valorização de Garrett pelo movimento integralista, feita através da acentuação de aspectos parcelares da sua mensagem política e literária, alargava-se também a outros vultos notáveis do pensamento português. Assim, António Sardinha inseria nos primeiros números do órgão de imprensa do integralismo, a revista *Nação Portuguesa*, um longo estudo concludentemente intitulado «Teófilo, mestre da contra-revolução». Sem deixar de verberar os «sectarismos transitórios» que «interceptam a plenitude reconstrutora do infatigável operário», Sardinha encarecia a demonstração teofiliana da superioridade rática do povo português, contrapondo-a à teoria do acaso de Oliveira Martins. Por outro lado, distinguia o «Teófilo da *História da Literatura Portuguesa*» desse outro «Teófilo póstumo que se soldou para sempre à renúncia da sua obra inteira» (António Sardinha, «Teófilo, mestre da contra-revolução», in *Nação Portuguesa*, n.º 1, Coimbra, 1914, p. 7). Igualmente polémica é a leitura que na mesma revista se fazia do liberalismo de Herculano: os aspectos descentralizadores do seu municipalismo e as críticas por ele dirigidas ao igualitarismo democrático deram ensejo a que os integralistas o apresentassem como seu prestigioso antecessor. (Cf. «O 'liberalismo' de Herculano» in *Nação Portuguesa*, n.º 4, Coimbra, 1914, pp. 121-124). Os exemplos poderiam, de resto, multiplicar-se.

<sup>50</sup> «Não! Eça de Queirós não foi político, nem conservador, nem avançado, mas sim grande artista, um grande escritor português. O que ficou dele, porém, insistimos, o seu perfil projectado através dos tempos, não foi o suposto escritor social, o caluniado, o falso demolidor de tradições, mas o apóstolo (se a palavra não fere...) duma vida portuguesa mais elegante, mais harmoniosa, mais civilizada.» (António Ferro, *Eça de Queirós e o Centenário do Seu Nascimento*, Lisboa, 1949, p. 17.)

<sup>51</sup> Cf. António Ferro, *Prémios Literários*, p. 215.

serra», de Raul Brandão), a mensagem cristã (o «Suave milagre», de Eça), o heroísmo patriótico levado até ao extremo da imolação da vida («A morte do Lidor», de Herculano), a valentia marialva («A última corrida de touros em Salvaterra», de Rebelo da Silva). De resto, o tema do catolicismo e o do culto mariano aparecem-nos representados em *A Maior Glória*, do P.º Nuno de Montemor, e na *Alba Plena*, de Augusto Gil, que é uma série de poesias dedicadas a Nossa Senhora; e o regionalismo e o etnografismo surgem-nos pelas penas do conde de Monsaraz e de Antero de Figueiredo, autores, respectivamente, da *Musa Alentejana* e das *Jornadas de Portugal*.

A poesia tem uma representação relevante na biblioteca — não esqueçamos que se insistia na ideia de que Portugal era «um país de poetas» —, embora mais através de antologias e miscelâneas do que através de obras de autor. Assim, integradas na colecção «Plano de Educação Popular», da Campanha Nacional de Educação de Adultos, fomos encontrar as seguintes antologias, todas com excertos de discursos de Salazar na portada: *Na Aurora da Nossa Poesia*, repertório comentado da nossa produção poética medieval, *Poesias de ontem e de hoje*, miscelânea que se dilata da poética do *Cancioneiro Geral* a José Régio, *Caminhos da Moderna Poesia Portuguesa*, antologia poética dos mais variados autores contemporâneos. Os antologistas esforçaram-se por colocar a poética nacional sob a luz da mais decantada espiritualidade, interpretando-a como a emanção dum património de valores sentimentais e afectivos que, para lá do movimento dos processos políticos e socioeconómicos, permaneceram incólumes. A frase de Salazar aposta na entrada da segunda das antologias citadas é, a este título, sobremaneira concludente:

Eu não tenho dúvidas de que o mundo se transforma, sob alguns aspectos, a nossos olhos, e também não as tenho de que nesse mundo, em que tudo se modifica, o que menos muda é o próprio Homem. E isso quer dizer que, passada a tormenta, é outra vez do Espírito e dos seus valores que os povos esperam a cura das feridas e o estabelecimento das condições da sua vida pacífica <sup>52</sup>.

A «educação popular» que o salazarismo pretendeu dinamizar era portanto constituída, como temos vindo a verificar, por um conjunto relativamente limitado de ideias-força, que, contudo, se desdobravam em aplicações omnímodas. Obedecia a um plano de aculturação previamente gizado e a um pragmatismo mais atento aos imperativos sociais da coexistência e da acomodação que às solicitações da criatividade e da independência crítica. No entanto, Salazar considerava de vital importância a interiorização deste pragmatismo linear. Na portada da antologia *Peças de Teatro*, também pertencente ao «Plano de Educação Popular», pode ler-se este seu conceito:

Ou refazemos a vida, refazendo a educação, ou não fazemos nada de verdadeiramente útil <sup>53</sup>.

Tratava-se, portanto, de dar corpo a uma ideologia única e dominadora, capaz de se estender, pela simplicidade do seu travejamento, a todas as esferas da vida e a todos os campos da formação do homem. Falar em «educação popu-

<sup>52</sup> In *Poesia de ontem e de hoje para o Nosso Povo Ler*, Lisboa, 1956, p. 5.

<sup>53</sup> In *Peças de Teatro*, s. l. n. d., p. 13. O organizador da antologia entendeu dever nela incluir, entre outras peças menos conhecidas, *O Fidalgo Aprendiz*, de D. Francisco Manuel de Melo, adaptada por António Manuel Couto Viana. A escolha pareceu-nos sobremaneira intencional, pois, como é sabido, este texto teatral satiriza os baldados desejos de ascensão social de D. Gil Cogominho, inculcando, pelo ridículo, a ideia da acomodação ao estatuto social de origem.

lar» é aqui, acima de tudo, falar na difusão e penetração de uma ideologia indiscutível.

Já dissemos que um dos mais activos órgãos elaboradores e difusores desta ideologia foi o SNI, ou, mais exactamente, o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo. As publicações que dele nasceram eram gratuitamente distribuídas por autarquias locais e bibliotecas públicas.

António Ferro foi o seu primeiro director, ainda nos tempos em que tal órgão se designava por Secretariado de Propaganda Nacional. A sua acção, durante os anos em que ocupou tal cargo, de 1933 a 1950, pautou-se pela fidelidade à «lição de Salazar» e pelo incremento daquilo que era apodado por ele próprio como uma «política do espírito»<sup>54</sup>. Salazar encontrou em António Ferro o homem ideal para a dinamização do seu projecto cultural. Em Souselas fomos encontrar numerosos volumes da sua lavra, os quais testemunham o desdobramento da sua acção cultural e o seu empenhamento na difusão da ideologia dominante.

António Ferro pertenceu ao grupo inicial dos modernistas do *Orpheu* e aceitou, embora mitigadamente, o modernismo na arte<sup>55</sup>. Procurou desenvolver o gosto pelas artes decorativas, instituiu prémios literários, organizou concursos e jogos florais. Em 1940, no difícil momento das grandes opções exigidas pela guerra mundial, foi a alma das festas dos Centenários<sup>56</sup>. A rádio, o teatro e o cinema nacionais foram especialmente favorecidos pela sua acção<sup>57</sup>, tendo sido também ele o criador do grupo de danças Verde Gaio<sup>58</sup>. Tentou aliciar e controlar a imprensa estrangeira, instalando-a num gabinete do Palácio Foz<sup>59</sup>. O significado ideológico das diversas manifestações culturais do seu tempo não lhe escapava. Reflectindo, por exemplo, sobre os defeitos e qualidades do cinema português, Ferro pretendeu incentivar o «filme histórico», ao mesmo tempo que desencorajou os chamados «filmes cómicos», não apenas talvez por uma questão de gosto pessoal, mas porventura pelo incómodo do retrato social que registavam. Deles dizia:

[...] este é o cancro do cinema nacional, afora duas ou três excepções. Todos conhecemos esses filmes, com indiscutível e lamentável êxito, onde se procura fazer espírito com a nossa matéria, com o que há de mais inferior na nossa mentalidade, com gestos, ditos e expressões que não precisam, sequer, de ter pornografia para serem grosseiros, reles e vulgares<sup>60</sup>.

Certo é, porém, que, não obstante o flagrante mau gosto de algumas cenas e situações, os «filmes cómicos» acabavam por revelar alguns aspectos menos dignificantes da realidade nacional. Ora esta implicação não escapava à sagacidade de António Ferro, que lhe procurou pôr cobro por processos não coactivos.

5. Chegados ao fim da explanação, poderemos, pelo menos, asseverar os objectivos caracterizadamente ideológicos da organização da biblioteca da Casa do Povo de Souselas e de outras idênticas, embora não tivéssemos podido

---

<sup>54</sup> Ferro preocupou-se, desde sempre, em definir a sua militância política pró-salazarista como uma verdadeira cruzada espiritual, como um combate em prol dos valores ocidentais, que julgava sintetizados na figura e na acção de Salazar. Os seus escritos pretendiam traduzir as linhas de força dessa «política do espírito», a esta epígrafe se subordinando a colecção editada pelo SNI que acolheu os seus trabalhos mais representativos.

<sup>55</sup> Vide António Ferro, *Arte Moderna*, Lisboa, 1949.

<sup>56</sup> Id., *Panorama dos Centenários (1140-1640-1940)*, Lisboa, 1949. Cf. a este propósito Luís Reis Torgal, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, vol. 1, Coimbra, 1981, pp. 31-36.

<sup>57</sup> Id., *Teatro e Cinema*, Lisboa, 1950, e *Problemas da Rádio*, Lisboa, 1950.

<sup>58</sup> Id., «Verde Gaio» (1940-1950), Lisboa, 1950.

<sup>59</sup> Id., *Imprensa Estrangeira*, Lisboa, 1949.

<sup>60</sup> Id., *Teatro e Cinema*, Lisboa, 1950, pp. 64-65.

abordar com o aprofundamento que desejaríamos a questão da amplitude do impacto das ideias que se procuravam publicitar. Cumpriram as bibliotecas corporativas os seus objectivos? Os leitores eram numerosos? A que estratos sociais pertenciam? No que se refere à Casa do Povo que estudámos, as respostas para tais interrogações só podem ser dadas por meios indirectos. É que a Casa do Povo de Souselas não conserva — ou talvez nunca tenha tido — um registo de leitores ou de requisitantes que nos pudesse esclarecer sobre o seu nível etário, a sua proveniência social, o seu aperfeiçoamento cultural. Não temos também conhecimento da existência de quaisquer inquéritos às populações da freguesia ou de quaisquer análises socioculturais que tivessem a região por objecto. Não será ousado supor, porém, dado o elevado índice de analfabetismo e a natureza técnica de muitos dos escritos, que a biblioteca não foi muito consultada. Mas não cometeremos a ingenuidade de afirmar que a sua eficácia foi nula. É bem conhecida a importância social de que gozavam, no Portugal salazarista, certas personalidades locais «mais cultas» e com alguns hábitos de leitura. É crível que tais personalidades, não dispondo de outras bibliotecas, tenham recorrido à dos organismos corporativos locais e se tenham convertido, consciente ou inconscientemente, em reprodutores da sua ideologia. É bem sabido, porém, que as ideologias dificilmente subsistem sem a contrapartida de um progresso social, por maiores que sejam os esforços de manipulação dos seus fautores. E, assim, as dores reais duma vida difícil provocaram o desgaste da ideologia salazarista e o seu final descrédito junto das camadas populares do nosso país.

#### APÊNDICE

##### **Livros existentes na biblioteca da Casa do Povo de Souselas, do núcleo primitivo (anterior a 25 de Abril de 1974)<sup>1</sup>**

#### 1. DOCTRINAÇÃO POLÍTICA E LEGISLAÇÃO

- Alguns Principios de Política Social e Corporativa*, Lisboa, 1958. Biblioteca Social e Corporativa, Coleção III — «Textos Legais e Outra Documentação». (JAS.)<sup>2</sup>
- Brucculeri, Angelo, *O Capitalismo*, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1959 (2.ª ed.). Coleção «Doutrina Social Católica». (JAS.)
- *O Estado e o Indivíduo*, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1959 (2.ª ed.). Coleção «Doutrina Social Católica». (JAS.)
- *A Função Social da Propriedade*, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1959 (2.ª ed.). Coleção «Doutrina Social Católica». (JAS.)
- *A Justiça Social*, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1959 (2.ª ed.). Coleção «Doutrina Social Católica». (JAS.)
- *O Justo Salário*, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1959 (2.ª ed.). Coleção «Doutrina Social Católica». (JAS.)
- *A Ordem Internacional*, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1959 (2.ª ed.). Coleção «Doutrina Social Católica». (JAS.)
- *O Trabalho*, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1959 (2.ª ed.). Coleção «Doutrina Social Católica». (JAS.)
- Ver também 5. RELIGIÃO, HISTÓRIA E LITERATURA RELIGIOSAS.
- Colonização Interna*, Lisboa, Edições SNI, s. d. Coleção «Cadernos do Ressurgimento Nacional».
- Constituição Política da República Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1959 (12.ª ed. oficial). (JAS.)
- Corporações*, 3 vols., Porto, Ministério das Corporações e Previdência Social, 1959. «Biblioteca Social e Corporativa», Coleção III — «Textos Legais e Outra Documentação». O vol. 1 tem uma citação de Salazar na portada. (JAS.)
- Costa, J. M. P. da, *Capitalismo, Socialismo e Corporativismo*, Lisboa, FNAT, Gabinete de Divulgação, 1958. Coleção «Jogos Florais da F. N. A. T.» (JAS.)
- d'Assac, Jacques Ploncard, *A Batalha das Ideias*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, s.d. (JAS.)
- *Lenine*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, s. d. (JAS.)

- Fomento da Habitação Económica*, Lisboa, Ministério das Corporações e Previdência Social, s. d. «Biblioteca Social e Corporativa», Colecção III – «Textos Legais e Outra Documentação». (JAS.)
- Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT). Os Princípios, as Realizações e as Perspectivas*, Lisboa, edição do Gabinete de Divulgação, s. d. Com citação de Salazar na portada.
- Garnier, Christine, *Férias com Salazar*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1955 (9.ª ed.). (JAS.)
- II Jogos Florais do Trabalho. Regulamento*, Lisboa, FNAT, 1963.
- II Jogos Florais do Trabalho. Concurso de Arte Dramática – Regulamento*, Lisboa, FNAT, 1963.
- Lopes, António da Luz, *Organização Corporativa (Legislação)*, Lisboa, edição do autor, 1958. (JAS.)
- Martins, Manuel F. dos Santos, *Princípios das Leis Que Todos Precisam Conhecer*, Coimbra, 1957 (3.ª ed.). (JAS.)
- Monte, Luís do, *Sou Um Operário*, Lisboa, União Gráfica, s. d. (JAS.)
- Neves, José Brito das, *Serões com Um Beneficiário da Previdência*, Lisboa, FNAT, 1954.
- Normas da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho. Regulamento de Segurança no Trabalho de Construção Civil*, s. l. n. d. «Biblioteca Social e Corporativa», Colecção III – «Textos Legais e Outra Documentação». (JAS.)
- Pequena História das Doutrinas Económicas*, Lisboa, edição da UN e do SNI, s. d.
- Pereira, Pedro Teotónio, *A Batalha do Futuro. Organização Corporativa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1937 (2.ª ed.). (JAS.)
- Plano de Formação (Lei n.º 2085 e Regulamento do I. F. S. C.)*, Lisboa, Ministério das Corporações e Previdência Social, s. d. «Biblioteca Social e Corporativa», Colecção III – «Textos Legais e Outra Documentação». (JAS.)
- II Plano de Fomento. 1959-1964*, Lisboa, Inspecção Superior do Plano de Fomento e SNI, s. d. Com citação de Pedro Teotónio Pereira na portada.
- Reforma dos Tribunais do Trabalho*, Lisboa, Ministério das Corporações e Previdência Social, 1958. «Biblioteca Social e Corporativa», Colecção III – «Textos Legais e Outra Documentação». (JAS.)
- Silva, S. J., Lúcio Craveiro da, *A Idade do Social. Ensaio Ético-Social sobre a Evolução da Sociedade Contemporânea*, Braga, Livraria Cruz, 1952. (JAS.)
- Sociedades Secretas*, prefácio pelo Dr. José Cabral, Lisboa, Editorial Império, s. d. (1935)
- O Trabalho e as Corporações no Pensamento de Salazar*, Lisboa, s. d. «Biblioteca Social e Corporativa», Colecção II – «Formação Social». (JAS.)
- Vide, Telo da, *Temas de Moral Corporativa. Breve Campanha de Paz Feita Num Tempo de Guerra*, Lisboa, Pro Domo, 1950. (JAS.)

## 2. OBRAS DE ANTÓNIO FERRO – S. N. I. «POLÍTICA DO ESPÍRITO»<sup>3</sup>

- Ferro, António, *Apontamentos para Uma Exposição*, Lisboa, Edições S. N. I., 1948.
- *Arte Moderna*, Lisboa, Edições S. N. I., 1949.
- *Eça de Queirós e o Centenário do Seu Nascimento*, Lisboa, Edições S. N. I., 1944.
- *Estados Unidos da Saudade*, Lisboa, Edições S. N. I., 1949.
- *Imprensa Estrangeira*, Lisboa, Edições S. N. I., 1949.
- *Jogos Florais*, Lisboa, Edições E. N., 1949.
- *Panorama dos Centenários. 1140-1640-1940*, Lisboa, Edições S. N. I., 1949.
- *Prémios Literários (1934-1947)*, Lisboa, Edições S. N. I., 1950.
- *Problemas da Rádio*, Lisboa, Edições S. N. I., 1950.
- *Sociedades de Recreio*, Lisboa, Edições S. N. I., 1950.
- *Teatro e Cinema*, Lisboa, Edições S. N. I., 1950.
- *Verde Gaio*, Lisboa, Edições S. N. I., 1950.

## 3. HISTÓRIA E LITERATURA HISTÓRICA

- Ameal, João, *História de Portugal (das Origens até 1940)*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1958 (4.ª ed.). Prémio Alexandre Herculano, do SPN, 1941. (JAS.)
- Barros, Teresa Leitão de, *D. Filipa de Vilhena*, Lisboa, Edições S. N. I., 1950. Colecção «Grandes Portugueses».
- *Heróis da Tomada de Lisboa*, Lisboa, Edições S. N. I., 1948. Colecção «Grandes Portugueses».
- *Infanta D. Maria*, Lisboa, Edições S. N. I., 1949. Colecção «Grandes Portugueses».
- Brochado, Costa, *História de Uma polémica*, Lisboa, Portugalíia Editora, 1944.
- Cidade, Hernâni, Ver 4. TEMÁTICA ULTRAMARINA.
- Damião de Góis. Trechos Escolhidos*, Porto, Livraria Clássica Editora, 1944. Colecção «Clássicos Portugueses», (JAS.)

- Eliade, Mircea, *Os Romanos, Latinos do Oriente*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943. Coleção «Gládio. A História e a Vida».
- História Trágico-Marítima. Narrativas de Naufrágios da Época das Conquistas*, adaptação de António Sérgio, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1957 (4.<sup>a</sup> ed.). (JAS.)
- Lopes, Fernão, *Crónica de D. Pedro I*, prefácio, selecção e notas de Torcato de Sousa Soares, Porto, Livraria Clássica Editora, 1943. Coleção «Clássicos Portugueses». (JAS.)
- *Crónica de D. Fernando*, prefácio, selecção e notas de Torcato de Sousa Soares, Porto, Livraria Clássica Editora, 1945. Coleção «Clássicos Portugueses». (JAS.)
- Martins, Oliveira, *A Vida de Nun'Álvares Pereira*, prefácio de Afonso Botelho, Lisboa, Guimarães Editora, 1958 (2.<sup>a</sup> ed.). (JAS.)
- Matoso, António G., *Mesteirais Que Ajudaram a Fazer Portugal*, Lisboa, 1956. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Mendonça, Henrique Lopes de, *Almas Penadas*, Lisboa, Livraria Bertrand, s. d. (2.<sup>a</sup> ed.). Coleção «Cenas da Vida Heróica». Edição feita por intervenção do Serviço de Escolha de Livros para as Bibliotecas das Escolas Primárias. (JAS.)
- Ver também 4. TEMÁTICA ULTRAMARINA.
- Pabón, Jesus, *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, Editorial Aster, s. d. Coleção «Grandes Estudos Históricos». Prémio Camões, do SPN, 1941. (JAS.)
- Pinto, Américo Cortês, Ver 5. RELIGIÃO, HISTÓRIA E LITERATURA RELIGIOSAS.
- Pinto, Estêvão, *Afonso de Albuquerque*, Lisboa, Edições S. N. I., 1948, Coleção «Grandes Portugueses».
- *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Edições S. N. I., 1947. Coleção «Grandes Portugueses».
- *S. João de Brito*, Lisboa, Edições S. N. I., 1947. Coleção «Grandes Portugueses».
- *Marquês de Pombal*, Lisboa, Edições S. N. I., 1948. Coleção «Grandes Portugueses».
- Sanceau, Elaine, *D. Henrique, o Navegador*, Porto, Livraria Civilização, 1960 (5.<sup>a</sup> ed.). (JAS.)
- *D. João de Castro*, prefácio de A. A. Dória, Porto, Livraria Civilização, 1956 (2.<sup>a</sup> ed.). (JAS.)
- *D. João II*, Porto, Livraria Civilização, 1959 (2.<sup>a</sup> ed.). (JAS.)
- Zurara, Gomes Eanes de, *Crónica dos Feitos de Guiné*, introdução, selecção e notas de A. J. da Costa Pimpão, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1942. Coleção «Clássicos Portugueses» (JAS.)
- *Crónica da Tomada de Ceuta*, introdução, selecção e notas de Alfredo Pimenta, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1942. Coleção «Clássicos Portugueses». (JAS.)

#### 4. TEMÁTICA ULTRAMARINA

- Cidade, Hernâni, *Bandeirismo Paulista na Expansão Territorial do Brasil*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, s. d. (1954). Coleção «História de Portugal». (JAS.)
- Garcês, Costa, *Viagem Maravilhosa por Terras de S. Tomé e Príncipe*, Coimbra, 1955. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Marcelo Caetano na portada.
- Guimarães, Alfredo, *Terra de Portugueses* — *Casa de Brasileiros*, Rio, Editorial Alba, 1933. Com citações de Salazar e de Osvaldo Aranha.
- Laidley, Fernando, *Roteiro Africano*, Lisboa, Edições Tapete Mágico, 1958 (3.<sup>a</sup> ed.). (JAS.)
- Mendonça, Henrique Lopes de, *Lanças n'África*, Lisboa, Livraria Bertrand, s. d. (4.<sup>a</sup> ed.). Edição feita por intervenção do Serviço de Escolha de Livros para as Bibliotecas das Escolas Primárias. (JAS.)
- Oliveira, José Osório de, *As Ilhas Portuguesas de Cabo Verde*, Porto, 1955. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Pinto, Edmundo da Luz, *Gratidão do Brasil*, publicação mandada fazer pelo delegado executivo do Brasil às Comemorações Centenárias de Portugal, Lisboa, s. d.
- Pinto, Hermengarda Marques, *Macau, Terra de Lendas*, Coimbra, 1955. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Rémy, *Goa, Roma do Oriente*, trad. de M. G., Lisboa, Livraria Bertrand, s. d. (JAS.)
- Salgado, Plínio, *Como Nasceram as Cidades do Brasil*, Lisboa, Edições Ática, 1947. (JAS.)

#### 5. RELIGIÃO, HISTÓRIA E LITERATURA RELIGIOSAS

- Bargellini, Piero, *Ele*, Coimbra, Editora Casa do Castelo, 1952. (JAS.)
- Brucclerli, Angelo, *A Família Cristã*, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1959 (2.<sup>a</sup> ed.). Coleção «Doutrina Social Católica» (JAS.)
- Ver também 1. DOCTRINAÇÃO POLÍTICA E LEGISLAÇÃO.

Doering, S. J., Henrique, S. *João de Brito. De Pagem a Mártir*, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1948. (JAS.)

Fonseca, S. J., P.º Luís Gonzaga Aires da, *Nossa Senhora de Fátima*, Coimbra, Livraria Apostolado da Imprensa, 1957 (3.ª ed.). (JAS.)

Gil, Augusto, Ver 6. LITERATURA PORTUGUESA.

Gravières, Jean, *As Origens do Progressismo Cristão*, Porto, Editorial Restauração, 1973 (2.ª ed.).

Leal, Gomes, *História de Jesus*, Lisboa, Portugalíia Editora, s. d. (7.ª ed.). (JAS.)

Leclercq, Ch. Jacques, *Vida Interior*, Edições da A. C. P., Lisboa, s. d. Coleção «Ensaio de Moral Católica». (JAS.)

Lelotte, S. J., F., Ver 10. PEDAGOGIA.

Lopes, P.º Fernando Félix, *Santo António, Doutor Evangélico*, Braga, edição do *Boletim Mensal*, 1954 (2.ª ed.). (JAS.)

Marchi, João de, *Foi aos Pastinhos Que a Virgem Falou*, prefácio do arcebispo-bispo de Aveiro, Leiria, Seminário das Missões de Nossa Senhora de Fátima, 1958 (5.ª ed.). (JAS.)

Meersch, Maxence Van Der, *Pescadores de Homens*, Porto, Editora Educação Nacional, s. d. Montemor, Nuno de, Ver 6. LITERATURA PORTUGUESA.

Phillips, G., *A Igreja Católica*, prefácio de Luís-José, bispo de Liège, Lisboa, Editorial Aster, 1957. Coleção «Signo». (JAS.)

Pinto, Américo Cortês, *Santos de Portugal*, Coimbra, 1956. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.

Rops, Daniel, *História Sagrada para os Meus Afilhados*, Lisboa, Livraria Bertrand, s. d. (3.ª ed.). (JAS.)

Salgado, Plínio, *Vida de Jesus*, Edições Ática, s. d. (10.ª ed.). (JAS.)

*O Santo Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo*, Lisboa, Edições Paulistas, s. d. (JAS.)

Silva, P.º Manuel Ferreira da, *Naquele Tempo. A Humana História de Deus*, Fundação, 1956. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa».

Tóth, Mons. Tihamer, *O Matrimónio Cristão*, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1958 (3.ª ed.). (JAS.)

Vicente, Gil, Ver 6. LITERATURA PORTUGUESA.

## 6. LITERATURA PORTUGUESA

Almeida Garrett, *Doutrina Restauradora Nacional*, selecção, prefácio e notas de João de Castro Osório, Lisboa, Edições Panorama — S. N. I., 1959. Coleção «Páginas Portuguesas». (JAS.)

Barros, João de, *O Caramuru. Aventuras Prodígiosas de Um Português Colonizador do Brasil*, adaptação em prosa do poema épico de Frei José de Santa Rita Durão, Lisboa, Sá da Costa, 1958, (3.ª ed.) (JAS.)

Beirão, Mário, *Mar de Cristo*, Lisboa, Portugalíia Editora, 1957. (JAS.)

Castelo Branco, Camilo, *Amor de Perdição*, Porto, Porto Editora, s. d. Edição popular revista por Augusto Pires de Lima. (JAS.)

*Caminhos da Moderna Poesia Portuguesa*, colectânea realizada por Ana Hatherly, s. l., 1960. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.

Castilho, António Feliciano de, *Poesia*, introdução, selecção e notas de João de Almeida Lucas, Porto, Livraria Clássica Editora, 1943. Coleção «Clássicos Portugueses». (JAS.)

Coelho, Trindade, *Os Meus Amores*, Lisboa, Portugalíia Editora, 1959 (13.ª ed.). (JAS.)

Dinis, Júlio, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, Porto, Livraria Figueirinhas, s. d. (JAS.)

— *A Morgadinha dos Canaviais*, Porto, Livraria Figueirinhas, s. d. (JAS.)

— *As Pupilas do Senhor Reitor*, Porto, Livraria Figueirinhas, s. d. (JAS.)

Figueiredo, Antero de, *Jornadas em Portugal*, Lisboa, Livraria Bertrand, s. d. (JAS.)

Garrett, Almeida, *Frei Luís de Sousa*, introdução, selecção e notas de Alfredo Pimenta, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943. Coleção «Clássicos Portugueses». (JAS.)

— *Viagens na Minha Terra*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1960 (4.ª ed.). (JAS.)

Gil, Augusto, *Alba Plena*, Lisboa, Portugalíia, s. d. (7.ª ed.). (JAS.)

*Os Historiadores de Alcobça*, introdução, selecção e notas de Alfredo Pimenta, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943. Coleção «Clássicos Portugueses». (JAS.)

*Leituras ao Serão*, Lisboa, Edições Ática, 1958. Edição feita por intervenção do Serviço de Escolha de Livros para as Bibliotecas das Escolas Primárias. Colectânea de contos de Alexandre Herculano, Rebelo da Silva, Eça de Queirós, Fialho de Almeida, Trindade Coelho e Raul Brandão. (JAS.)

Lemos, Ester de, *Na Aurora da Nossa Poesia*, Coimbra, 1955. Campanha Nacional de Educação de Adultos. Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.

Manuel Bernardes, 2 vols., introdução, selecção e notas de A. do Prado Coelho, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1942. Coleção «Clássicos Portugueses». (JAS.)

- Monsaraz, Conde de, *Musa Alentejana – Lira de Outono*, prefácio de António Sardinha, Lisboa, Livraria Ferreira, 1955. (JAS.)
- Montemor, Nuno de, *A maior Glória*, Lisboa, União Gráfica, s. d. (JAS.)
- Oliveira, António Correia de, *Antologia II. Pátria*, prefácio de João Ameal, Porto, Livraria Tavares Martins, 1959 (2.<sup>a</sup> ed.). Edição feita por intervenção da JAS, Plano de Formação Social e Corporativa, para as bibliotecas dos locais de trabalho e dos organismos corporativos. (JAS.)
- Ortigão, Ramalho, *Últimas Farpas. 1911-1914*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1946. (JAS.)
- Pessoa, Fernando, *Mensagem*, com uma nota de David Mourão Ferreira, Lisboa, Edições Ática, 1959 (7.<sup>a</sup> ed.). Edição feita por intervenção da JAS, Plano de Formação Social e Corporativa. Prémio Antero de Quental, do SPN, 1934. (JAS.)
- Poesia de ontem e de hoje*, colectânea realizada por José Régio, Lisboa, 1956. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Colecção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Poesia Ultra-Romântica*, 2 vols., introdução, selecção e notas de Jacinto do Prado Coelho, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1944. Colecção «Clássicos Portugueses». (JAS.)
- Queirós, Eça de, *A Cidade e as Serras*, Porto, Editores Lello e Irmão, s. d. (JAS.)
- O Romanceiro de Garrett*, introdução, selecção e notas de A. do Prado Coelho, Porto, Livraria Clássica Editora, 1943. Colecção «Clássicos Portugueses». (JAS.)
- Vicente, Gil, *Breve Sumário da História de Deus*, prefácio e notas de João de Almeida Lucas, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943. Colecção «Clássicos Portugueses». (JAS.)
- *Líricas de Gil Vicente*, prefácio, selecção e notas de João de Almeida Lucas, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943. Colecção «Clássicos Portugueses». (JAS.)
- Ver também 8. LITERATURA INFANTIL E JUVENIL.

## 7. LITERATURA ESTRANGEIRA

- Haggard, Rider, *As Minas de Salomão*, tradução revista por Eça de Queirós, Porto, Lello & Irmão, s. d. (JAS.)
- Ramón Giménez, Juan, *Platero e Eu*, Lisboa, Livraria Brasil Editora, s. d. (JAS.)
- Ver também 8. LITERATURA INFANTIL E JUVENIL.

## 8. LITERATURA INFANTIL E JUVENIL

- Ballantyne, Robert, *A Ilha de Coral*, Lisboa, Portugália Editora, s. d. (4.<sup>a</sup> ed.). (JAS.)
- Blyton, Enid, *Os Cinco na Ilha do Tesouro*, Empresa Nacional de Publicidade, s. l. n. d. «Colecção Juvenil».
- Bruckberger, O. P., R. L., *O Lobo Milagreiro*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, 1956. (JAS.)
- D'Areia, A. Vieira, *Marco Polo*, Lisboa, Livrolândia, s. d. (2.<sup>a</sup> ed.). Edição feita por intervenção do Serviço de Escolha de Livros para as Bibliotecas das Escolas Primárias. (JAS.)
- Figueiredo, Campos de, *O Mocho Sábio*, Coimbra, Coimbra Editora, 1955. (JAS.)
- Heyerdahl, Thor, *A Expedição da «Kon-Tiki»*, Lisboa, 1958 (6.<sup>a</sup> ed.). (JAS.)
- Kastner, Erich, *Emílio e os Detectives*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1959 (6.<sup>a</sup> ed.). Colecção «Os Melhores Livros para Crianças». (JAS.)
- *Emílio e os Três Gémeos*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1958 (4.<sup>a</sup> ed.). Colecção «Os Melhores Livros para Crianças». (JAS.)
- Lagerlöf, Selma, *A Maravilhosa Viagem de Nils Holgersson através da Suécia*, Porto, Editora Educação Nacional, s. d. (4.<sup>a</sup> ed.). (JAS.)
- Lemos, Ester de, *A Menina de Porcelana e o General de Ferro*, Lisboa, Edições Ática, 1957. Colecção «Contos Infantis». (JAS.)
- Lemos, José de, *Histórias e Bonecos*, Lisboa, Edições Ática, (JAS.)
- *O Sábio Que Sabia Tudo e Outros Contos para Crianças*, Lisboa, Edições Ática, 1957. (JAS.)
- Lima, Fernando de Castro Pires de, *O Rouxinol Encantado e Outros Contos para Crianças*, adaptados da tradição popular, prefácio de Luís da Câmara Cascudo, Porto, Editorial Infantil Majora, s. d. (JAS.)
- *O Segredo da Princesa e Outros Contos para Crianças*, adaptados da tradição popular, prefácio de Ramón Otero Pedrayo, Porto, Editorial Infantil Majora, s. d. (JAS.)
- *Os Três Príncipes e Outros Contos para Crianças*, adaptados da tradição popular, prefácio de Gustavo Barroso, Porto, Editorial Infantil Majora, s. d. (JAS.)
- Müller, Adolfo Simões, *Aventuras do Trinca-Fortes. Pequena História de Luís de Camões e do Seu Poema*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1946 (3.<sup>a</sup> ed.). Colecção «Gente Grande para Gente Pequena». (JAS.)
- *A Viagem Maravilhosa do Comboio*, Lisboa, Edições da C. P., 1950. (JAS.)

- Robitaille, Henriette, *A Estrela e o Detective*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1953. Coleção «Os Melhores Livros para Crianças». (JAS.)
- Sanchez Silva, José Maria, *Marcelino Pão e Vinho*, Lisboa, Portugalíia Editora, s. d. (JAS.)
- Shipton, Eric, *A Conquista do Pólo Norte*, Porto, Livraria Civilização 1958. (JAS.)
- Verne, Júlio, *A Ilha Misteriosa*, 3 vols., Lisboa, Livraria Bertrand, s. d. (8.<sup>a</sup> ed.). Coleção «Viagens Maravilhosas aos Mundos Conhecidos e Desconhecidos». (JAS.)
- *Cinco Semanas em Balão*, Lisboa, Livraria Bertrand, s. d. (11.<sup>a</sup> ed.). Coleção «Viagens Maravilhosas aos Mundos Conhecidos e Desconhecidos». (JAS.)
- *Fora dos Eixos*, Lisboa, Livraria Bertrand, s. d. (2.<sup>a</sup> ed.). Coleção «Viagens Maravilhosas aos Mundos Conhecidos e Desconhecidos». (JAS.)
- *Vinte Mil Léguas Submarinas*, 2 vols., Lisboa, Livraria Bertrand, s. d. (8.<sup>a</sup> ed.). Coleção «Viagens Maravilhosas aos Mundos Conhecidos e Desconhecidos». (JAS.)
- *A roda da Lua*, Lisboa, Livraria Bertrand, s. d. Coleção «Viagens Maravilhosas aos Mundos Conhecidos e Desconhecidos». (JAS.)
- *Da Terra à Lua*, Lisboa, Livraria Bertrand, s. d. Coleção «Viagens Maravilhosas aos Mundos Conhecidos e Desconhecidos». (JAS.)
- A Volta ao Mundo em 80 Dias*, Lisboa, Livraria Bertrand, s. d. Coleção «Viagens Maravilhosas aos Mundos Conhecidos e Desconhecidos». (JAS.)
- Vieira, Afonso Lopes, *Bartolomeu Marinho*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1955. Edição para as bibliotecas das escolas primárias. (JAS.)
- *O Conto de Amadis*, Lisboa, Livraria Bertrand, s. d. Edição feita por intervenção do Serviço de Escolha de Livros para as Bibliotecas das Escolas Primárias. (JAS.)
- *Animais Nossos Amigos*, Amadora, Livraria Bertrand, s. d. (JAS.)
- Villiers, Alan, *A Campanha do «Argus»*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, s. d. (2.<sup>a</sup> ed.). (JAS.)
- Vulpes, Jim, *O Papagaio de Ouro*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1958 (2.<sup>a</sup> ed.). (JAS.)

## 9. ARTE

- Breves Notas sobre os Principais Sítios e Monumentos Portugueses*, Lisboa, Edições S. N. I., 1946.
- Chaves, Luís, *A Arte Popular. Aspectos do Problema*, Porto, Portucalense Editora, 1959 (2.<sup>a</sup> ed.). (JAS.)
- Chicó, Mário Tavares, *A Catedral de Évora*, Lisboa, Edições Ática, s. d. Coleção «Hifen». (JAS.)
- I Exposição de Arte dos Trabalhadores Organizada pela F. N. A. T. Catálogo*, Lisboa, 1952.
- Ferrão, Julieta, *Rafael Bordalo Pinheiro*, Edições Ática, s. l. n. d. Coleção «Hifen». (JAS.)
- Ferro, António, Ver 2. OBRAS DE ANTÓNIO FERRO— S. N. I. «POLÍTICA DO ESPÍRITO».
- Macedo, Diogo de, *Henrique Pousão*, Lisboa, Edições Ática, s. d. Coleção «Hifen». (JAS.)
- *Grupo de Leão*, Lisboa, Edições Ática, s. d. Coleção «Hifen». (JAS.)
- Pamplona, Fernando de, *Rumos da Arte Portuguesa*, Barcelos, Portucalense Editora, 1944. (JAS.)
- Vasconcelos, Flório de, e Morais, Marcelo de, *Pintura da Nossa Terra e da Nossa Gente*, Lisboa, 1962. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.

## 10. PEDAGOGIA

- Greeff, Estêvão de, *Nós e os Nossos Filhos*, Lisboa, Edições da A. C. P., s. d. (JAS.)
- Hemsing, Walter, *A Mãe e a Criança*, prefácio de Josef Spieler, Lisboa, Edições Paulistas, 1956. Coleção «A Mãe e a Criança». (JAS.)
- Keppler, Dene, *Amas Crianças como Elas São*, prefácio de Josef Spieler, Lisboa, Edições Paulistas, 1956. Coleção «A Mãe e a Criança». (JAS.)
- Lelotte, S. J., F., *O Problema da Vida. Sua Solução. Síntese do Catolicismo*, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1958 (3.<sup>a</sup> ed.). (JAS.)
- Martins, Oliveira, *Puericultura (Noções Elementares)*, prefácio de A. de Almeida Garrett, Porto, Livraria Tavares Martins, 1955. Coleção «Para o Povo e para as Escolas». (JAS.)
- Monte, Luís do, Ver 1. DOCTRINAÇÃO POLÍTICA E LEGISLAÇÃO.
- Salgueiro, M. Trindade, *Papel da Vontade na Educação*, Coimbra, Casa do Castelo Editora, 1953 (6.<sup>a</sup> ed.). Coleção «Pensamento e Acção».
- Tóth, Mons. Tihamer, Ver 5. RELIGIÃO, HISTÓRIA E LITERATURA RELIGIOSAS.
- Wieland, Arthur, *A Criança Obstínada*, prefácio de J. Spieler, Lisboa, Edições Paulistas, 1956. Coleção «A Mãe e a Criança». (JAS.)

## 11. EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

- Actividade Educativa e Recreativa. Educação Física e Desportos. Regulamento do Campeonato Nacional de Hóquei em Patins*, Beja, FNAT, 1953.

- Actividade Educativa e Recreativa. Educação Física e Desportos. Regulamento do Campeonato Nacional de Futebol*, Beja, FNAT, 1951.
- Actividade Educativa e Recreativa. Educação Física e Desportos. Regulamento de Campismo*, Beja, FNAT, 1953.
- Barros, Nuno de, *Vamos Jogar Voleibol*, Lisboa, 1957. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Educação Física e Desportos – Andebol*, Beja, FNAT, 1957.
- Educação Física e Desportos – Atletismo*, Beja, FNAT, 1962.
- Educação Física e Desportos – Basquetebol*, Beja, FNAT, 1957.
- Educação Física e Desportos – Futebol*, Beja, FNAT, 1961.
- Educação Física e Desportos – Pesca-Desportiva*, Beja, FNAT, 1958.
- Educação Física e Desportos – Voleibol*, Beja, FNAT, 1958.
- Olimpio, José, *Desporto, Caminho da Vida, Escola de Homens*, Fundão, 1955. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Pires, António de Azevedo, *A Alma do Desporto*, prefácio do general Leonel Vieira, Lisboa, União Gráfica, 1953. (JAS.)
- Simão, Mário, *Natação*, Lisboa, 1957. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.

## 12. VARIA. «EDUCAÇÃO POPULAR»<sup>4</sup>

- Andrade, António Alberto, *Muitas Raças, Uma Nação*, Porto, 1955. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Andrade, António Henriques da Costa e, *O Porco e os Seus Produtos*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1957 (9.ª ed.). Coleção «Fontes de Riqueza». (JAS.)
- Antunes, Francisco Dias, *A Horta*, Fundão, 1955. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Arriaga, Noel de, *Portugal de Hoje*, Lisboa, s. d. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Oferecida à CNEA pela União Nacional. Com citação de Salazar na portada.
- Bibliotecas para os Organismos Corporativos e Locais de Trabalho. Normas para a Sua Organização e Funcionamento*, Lisboa, Junta de Acção Social, 1962. «Biblioteca Social e Corporativa», Coleção «Formação Social».
- Brasonário Corporativo*, publicação do Gabinete de Divulgação do XX Aniversário da F. N. A. T., Lisboa, 1955.
- Bravo, João Maria, *O Livro do Caçador*, Lisboa, 1957. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Calendário*, Edições S. N. I., Lisboa, s. d.
- Carvalho, José de, *O Porco, Mealheiro de Pobres e Ricos*, Lisboa, 1962. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Carvalho, Rómulo de, *A História do Átomo*, Coimbra, Livraria Atlântida, 1955. Coleção «Ciência para Gente Nova». (JAS.)
- *História dos Balões*, Coimbra, Livraria Atlântida, 1953. Coleção «Ciência para Gente Nova». (JAS.)
- *História da Electricidade Estática*, Coimbra, Livraria Atlântida, 1954. Coleção «Ciência para Gente Nova». (JAS.)
- *História da Fotografia*, Coimbra, Livraria Atlântida, 1952. Coleção «Ciência para Gente Nova». (JAS.)
- *História da Radioactividade*, Coimbra, Livraria Atlântida, 1952. Coleção «Ciência para Gente Nova». (JAS.)
- *História do Telefone*, Coimbra, Livraria Atlântida, 1952. Coleção «Ciência para Gente Nova». (JAS.)
- Correia, Carlos Alberto da Paixão, *O Sobreiro*, s. l., 1961. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Coutinho, Miguel Pereira, *A Vida das Plantas*, Fundão, 1959. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Cruz, Frederico, *Fainas do Mar*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1946. Coleção «As Grandes Epopeias (Viagens e Aventuras)». (JAS.)
- Dean, Frederick E., *História da Electricidade*, Porto, Livraria Civilização, 1959. (JAS.)
- Edgard, Carlos, *As Vozes da Orquestra*, Lisboa, 1965. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.

- Figueira, António Venâncio, *Socorros Urgentes*, Lisboa, 1965. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Freire, Maria da Graça, *O Regresso de Bruno Santiago (através de Terras da Estremadura)*, Lisboa, 1956. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Gonçalves, Maria José Serpa Leote (selecção e prefácio), *Contos Populares*, Famalicão, 1955. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Guerreiro, M. Gomes, *A Floresta Portuguesa*, Lisboa, 1956. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Guerreiro, M. Viegas, *Contos Populares Portugueses*, Lisboa, FNAT, Gabinete de Etnografia, 1955. Coleção «Cultura e Recreio». (JAS.)
- Herzfeld, Friedrich, *Nós e a Música*, prefácio de Luís de Freitas Branco, Lisboa, Edições Livros do Brasil, s. d. (JAS.)
- Langhans, F. P. de Almeida, *Manual de Heráldica Corporativa*, Lisboa, Gabinete de Divulgação da F. N. A. T., 1956.
- Lavoine, L., *Conservas Alimentares*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1951 (5.ª ed.). Coleção «Fontes de Riqueza». (JAS.)
- Leal, Américo Sáraga, *Houve Um Desastre na Fábrica*, s. l., 1956. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Leão, António da Costa, *Prontuário de Ortografia*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1955 (14.ª ed.). (JAS.)
- Lima, Américo Pires de, *Micróbios*, Barcelos, Portucalense Editora, 1943. (JAS.)
- Lima, Manuel Ferreira, *Os Pássaros*, Lisboa, 1956. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Machado, J. T. Montalvão, *Primeiros Passos na Agricultura*, Barcelos, Portucalense Editora, 1944. (JAS.)
- Marques, Duílio João Coelho, *Manual de Enxertia*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1957 (7.ª ed.). Coleção «Fontes de Riqueza». (JAS.)
- Mateus, Francisco, *A Química Que Todos Podem Saber*, Fundão, 1956. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Martins, Maria João de Sousa, *Bendito É o Fruto...*, Lisboa, 1957. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Mateus, Francisco Alves Pereira, *O Homem e as Coisas*, Lisboa, 1960. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Meadowcroft, Enid Lamonte, *Edison*, Porto, Livraria Civilização, 1959 (2.ª ed.). (JAS.)
- Melo, Albano Homem de, *Serões Rurais*, prefácio do subsecretário da Educação Nacional, Lisboa, 1955. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa».
- Neves, C. M. Baeta, *Protecção à Natureza*, Gouveia, 1956. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Parreira, Ludgero Lopes, *Higiene Elemental*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1947. Coleção «Para o Povo e para as Escolas». (JAS.)
- Pato, Octávio, *O Vinho*, Porto, Livraria Clássica Editora, 1957. Coleção «Fontes de Riqueza». (JAS.)
- Peças de Teatro, s. l., 1955. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Peças de José António Ribeiro, Fernando Amado, António Manuel Couto Viana e D. Francisco Manuel de Melo. Com citação de Salazar na portada.
- Pires, António José da Costa, *Instalação do Moderno Pomar*, Lisboa, 1965. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Matias, António Marques, *Pureza e Beleza do Falar do Povo*, Lisboa, 1956. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Ramos, António Moura, *Pequena História dos Transportes*, Lisboa, 1960. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Ribas, Tomás, *Danças do Povo Português*, Lisboa, 1961. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Rodrigo, Joaquim, *Jardinagem*, Lisboa, Livraria Luso-Espanhola, 1955 (2.ª ed.). (JAS.)
- Santos, Manuel Correia dos, *A Alimentação dos Animais de Capoeira*, Porto, Livraria Clássica Editora, 1955. Coleção «Fontes de Riqueza». (JAS.)
- Saraiva, J. H., *Aprenda a Redigir*, Fundão, 1956. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Coleção Educativa». Com citação de Salazar na portada.

- Schneider, Herman, e Schneider, Nina, *Como Funciona o Nosso Corpo*, prefácio de Milton I. Levine, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1953. (IAS.)
- Silva, Eduardo Jorge Rodrigues da, *A Nossa Amiga Electricidade*, s. l., 1955. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Colecção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Silva, Manuel da, *O Que É a T. S. F.*, Lisboa, 1955. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Colecção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Tunhas, André Mayans, e Fonseca, Adelino Moreira da, *Lições de Estenografia*, prefácio de José Vieira, Porto, Porto Editora, 1951.
- Valadas, Jorge Escalço, *Assim Se Faz o Presépio*, Lisboa, 1957. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Colecção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Vale, A. de Lucena e, *De Passeio à Beira Alta*, Coimbra, 1956. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Colecção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Valente, Baltasar Cardoso, *Como Se Encadernam os Livros*, Fundão, 1956. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Colecção Educativa». Com citação de Salazar na portada.
- Zorro, António Maria, *A Honra de Ser Português*, Coimbra, 1955. Campanha Nacional de Educação de Adultos, Plano de Educação Popular, «Colecção Educativa». Com citação de Salazar na Portada.

<sup>1</sup> A descrição dos livros existentes na biblioteca de Souselas foi elaborada com o máximo cuidado, procurando apresentar todos os dados que poderão interessar ao leitor, quer para ajuizar da correcção das nossas reflexões, quer para futuras pesquisas. Pedimos, todavia, desculpa por quaisquer erros que se verifiquem na referida descrição. Escusado seria dizê-lo, mas gostaríamos de sublinhar que a presença de certos autores no núcleo que analisámos não deve conduzir a especulações interpretativas com vista à sua caracterização ideológica. O salazarismo aproveitou-se muitas vezes de autores que nada tinham que ver com a dinâmica do regime. Mais: tentou mesmo captar certos intelectuais da oposição de destacado valor, procurando por diversas vezes, com a finalidade de manifestar a sua «isenção», fazer notar que os divulgava ou mesmo apoiava, apesar das suas posições contrárias. Portanto, qualquer análise histórica das relações da cultura com o regime tem de ser feita tendo em conta a complexidade das situações, e nunca de forma simplista.

<sup>2</sup> Esta indicação IAS, que se segue à descrição de alguns dos volumes, significa que eles pertenciam à biblioteca organizada directamente pela Junta de Acção Social. Aliás, todos os livros a que acrescentámos esta sigla estão cartonados e têm essa indicação identificadora.

<sup>3</sup> Esta designação, que aparece a encimar os livros que se seguem, marcava, por assim dizer, uma directriz ideológica. António Ferro, responsável pelo SNI, através destas obras dava conta do seu labor e analisava os diversos sectores da cultura segundo uma certa perspectiva ideológico-política.

<sup>4</sup> Incluímos nesta rubrica um conjunto variado de obras que procuravam instruir o povo no plano técnico e científico, no conhecimento da realidade portuguesa, etc. Verificaremos que o seu núcleo mais importante é a «Colecção Educativa», inserida no Plano de Educação Popular da Campanha Nacional de Educação de Adultos. Já, todavia, incluímos nas rubricas anteriores obras desta colecção.